



REVISTA Práticas

Ano 2. Nº 2, agosto 2020/fevereiro de 2021.

UNIFAC
Associação de Ensino de Botucatu

A hora e a vez da Educação Infantil

Os desafios da inclusão escolar
& da Gestão democrática.

Um olhar sobre
o Bullying na escola.



FIB's – FACULDADES INTEGRADAS DE BOTUCATU/UNIFAC

Profa. Cecília B. Pires Tavares Anderlini (Diretora Geral)
Arqta. Daniela de Anderlini (Diretora Administrativa)

CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
Prof. Esp. Wagner Codello (Coordenador do curso)

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS
Profa. Dra. Elen F. B. Carrega (Coordenadora)

Divisão de Biblioteca e Documentação das Faculdades Integradas de
Botucatu/UNIFAC

Graduação em Pedagogia/Núcleo de Estudos Integrador (da) Faculdades
Integradas de Botucatu. – Ano 2, n.2 (ago. 2020 / fev. 2021) - Botucatu:
Faculdades Integradas de Botucatu/UNIFAC, 2021 - semestral.

1. Processos de Aprendizagem
 - I. Faculdades Integradas de Botucatu/UNIFAC
 - II. Núcleo de Estudos Integrados



REVISTA 
Reticências

Ano 2. Nº 2, agosto 2020/fevereiro de 2021

REVISTA RETICÊNCIAS
Número 02 – agosto-2020/fev-2021
ISSN –
Site: <https://www.unifac.edu.br/>
E-mail: pedagogia@unifac.com.br

EDITOR RESPONSÁVEL
Wagner Codello

EDITORA ADJUNTA
Elen F. B. Carrega

CONSELHO EDITORIAL
Ana Lúcia de Mello
Elcy Dutra Calvi
Vania Teresa Araujo Silva
Elenice Aparecida Vaz de Lima Severino
Geanie Thabata Godoy da Silva
Magali Ferreira
Neli Antunes de Oliveira
Marcia Aparecida Gomes Garcia
Josias de Oliveira Nunes
Bruno Aguiar Alves de Camargo

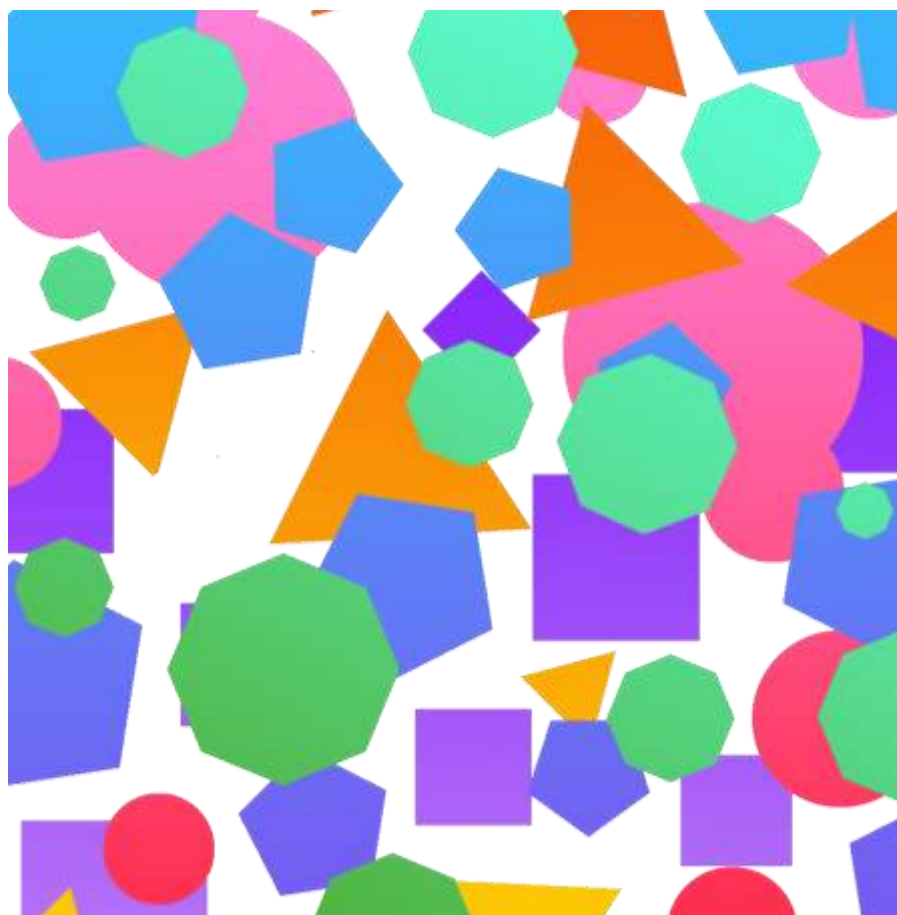
CAPA: Ricardo Juncom Codello
ARTE DA CAPA: Ricardo Juncom Codello
PROJETO GRÁFICO: Ricardo Juncom Codello
DIAGRAMAÇÃO: Ricardo Juncom Codello



REVISTA Reticências



Ano 2. Nº 2, agosto 2020/fevereiro de 2021.





A hora e a vez



da **Educação Infantil**

Sumário

Apresentação.....	08
Editorial.....	09
Desafios da Gestão Democrática na Escola.....	10
O Estímulo no Berçário.....	15
A Pedagogia Waldorf.....	23
A Importância do Brincar na Infância.....	29
O Consumismo Infantil.....	34
A Escola em Territórios de Vulnerabilidade Social.....	40
Política Pública Educacional.....	50
A Construção Escolar e a Inclusão.....	57
A Importância do Psicopedagogo na Escola.....	65
Inclusão do Autismo na Educação.....	73
Docência em Classe Hospitalar.....	81
Reduzindo o Bullying nas Escolas Através de Práticas Pedagógicas.....	89

Apresentação

Com grande alegria apresento a segunda edição da Revista Reticências, coletânea de pesquisas dos alunos do 5º semestre do curso de pedagogia. As temáticas aqui expressas são de extrema relevância para os educadores, principalmente pedagogos. Contribuem no resgate de teorias e assuntos do dia a dia da sala de aula de forma acadêmica e com uma linguagem acessível, pois a UNIFAC conta com professores que atuaram e atuam também na educação básica, o que oferece um diferencial na formação inicial de profissionais da área, porque nossos docentes conhecem muito bem a realidade de uma sala de aula da educação infantil e ensino fundamental.

Esse diferencial oportuniza uma qualidade ímpar aos nossos universitários, que contam com o olhar de quem está dentro da sala de aula e consegue articular teoria e prática de forma séria pautada na realidade. Além disso, os discentes têm em mãos o mercado de trabalho na área da educação enquanto ainda estão estudando, pois já demonstram qualidade técnica e profissional para tal.

Assim, os artigos desta edição trazem mais do que simplesmente uma revisão bibliográfica de temas já consagrados, revelam as experiências e histórias de vida de cada aluno o qual se dedicou a escrevê-los, dos professores que são exemplos em sua formação, da professora orientadora e o *Know-how* disponibilizado pela UNIFAC dentro da formação de professores em Botucatu.

Ótima leitura!

Prof. Esp. Wagner Codello
Coordenador do Curso de Pedagogia

Editorial

Em seu segundo número Reticências reitera seu caráter emocional e de continuidade, ao apresentar uma seleção de temas que permeiam o ambiente da Pedagogia, mas que vão além, ao possibilitar a ampliação dos horizontes acadêmicos.

Mais uma vez os desafios foram vencidos com dedicação, carinho e um esforço ainda mais árduo envolto ao ambiente da Pandemia que vivenciamos desde 2020.

Reticências é fruto também de superações pessoais, que ficaram nas entrelinhas das nossas páginas, no caminho da construção dos artigos, e sem dúvida se tornaram eternas na vida dos nossos autores e colaboradores.

Com coragem para vencer cada um dos desafios impostos pelas aulas em ambientes remotos, a instabilidade e a impossibilidade de pesquisas de campo, nossos autores encontraram formas de reunir um material de qualidade para engrandecer nossos olhos sobre temas atuais e que merecem discussão.

Se transportem para o ambiente de Reticências no seu sentido literal, o da continuidade, com a mente aberta, o espírito crítico e curiosidade aguçada.

Boa leitura!



DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

CHALLENGES OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN SCHOOL

LOURENÇO, Amanda Caroline Almeida

RESUMO: Gestão democrática é uma forma de gestão baseada na democracia, ela abre um espaço para que toda a comunidade participe da construção de uma educação de qualidade.

Para a sua aplicabilidade existe um amparo legal, tanto na Constituição Federal de 1988 quanto em Diretrizes Educacionais, com leis e normas que dão um norte de como conduzir essa forma de gerir a escola e garanta esse direito aos cidadãos.

Dessa forma, toda a comunidade participa das decisões e soluções de problemas da escola, descentralizando o poder, sendo o gestor uma ponte de decisões e não mais o detentor do poder, formando uma união de esforços para uma melhoria na qualidade de ensino, conseqüentemente cria se seres humanos melhores, cidadãos melhores.

PALAVRAS-CHAVE: Gestor; Democracia; Escolar.

ABSTRACT: Democratic management is a form of management based on democracy it opens a space for the whole community to participate in the construction of quality education.

For its applicability, there is a legal protection, both in the Federal Constitution of 1988 and in Educational Guidelines, with laws and norms that provide guidance on how to conduct this way of managing the school and guarantee this right to citizens.

In this way, the whole community participates in the school's decisions and solutions to problems, decentralizing power, the manager being a bridge of decisions and no longer the holder of power, forming a union of efforts to improve the quality of teaching, consequently creating if better human beings, better citizens.

Keywords: Manager; Democracy; School

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a sociedade sempre lutou por democracia em vários âmbitos de decisões que afetaram o âmbito social, e a escola entrou neste debate.

A escola sempre teve uma forma de gestão autoritária com o poder centralizado apenas no gestor imediato, que decidia todo e qualquer assunto sem que houvesse a interferência ou palpite de terceiros.

A gestão democrática veio substituir esta forma arcaica de gestão e trazendo mais voz aos participantes de toda a comunidade escolar, fazendo com que todos tenham opiniões, direito a fala, e até mesmo responsabilidades, fazendo com a gestão seja descentralizada.

Os benefícios são visíveis, mas com isso os desafios são enormes e é isso que este artigo pretende, mostrar quais são os desafios que acerbam os gestores e comunidades escolares atualmente na Gestão Democrática.

2. METODOLOGIA

Este artigo trata da pesquisa bibliográfica no contexto da produção científica sobre os desafios da Gestão Democrática na escola utilizando como fonte livros no Google Books, artigos no site Scielo, sites sobre o assunto e legislação nos sites do governo.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Gestão Democrática Escolar

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição escolar de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Esta forma de gestão pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, como, pais, professores, estudantes e funcionários, em todos os aspectos da organização da escola. Esta participação incide diretamente nas mais diferentes etapas da gestão escolar (planejamento, implementação e avaliação) sendo um sujeito ativo em todo o processo da gestão, participando de todas as decisões da escola. Assim, é imprescindível que cada um destes sujeitos tenha clareza e conhecimento de seu papel quanto participante da comunidade escolar. (FIRMINO, 2020)

A gestão participativa se assenta, portanto, no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto de sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização. (LUCK, 2008, p.22-23).

3.2 Gestão Democrática na Legislação

De acordo com a LDB (Lei n. 9.394/96), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Lei n. 9.394/96)

Na Constituição Federal de 1988 também oferece um amparo legal para a implantação da Gestão Democrática na instituição escolar.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: parag. VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

3.3 Desafios na implantação da Gestão democrática

Mesmo que algumas leis assegurem a implantação de uma forma de gestão democrática, ainda existem obstáculos que impedem essa implantação.

Para Mendonça (2003, p.3) as resistências de alguns professores são também consideradas, expressando-se, em geral, pelo corporativismo, ao autoritarismo e a formação acadêmica deficiente. “Os diretores são apontados como foco de resistência pela sua compreensão equivocada do processo eleitoral, pela centralização de informações e decisões, pelas atitudes corporativas”. A própria sociedade, beneficiária legítima da gestão democrática do ensino, é apontada pelas autoridades como sendo resistentes as iniciativas do Estado. De maneira semelhante, as atitudes de acomodação, desinteresse ou falta de consciência sobre a importância dos processos democráticos produzem focos muitas vezes intransponíveis para a aplicação de mecanismos de gestão.

Luck (2009, p.41) afirma que o gestor escolar ou diretor é peça fundamental para que haja a união de todos os envolvidos neste processo de democratização no interior da escola em prol da melhoria da qualidade de ensino. O diretor escolar tem papel fundamental nesta proposta de democratização, sendo o articulador desde processo de participação e autonomia.

Uma gestão democrática só pode ser legitimada se houver a participação e autonomia de todos os responsáveis pela sua aplicação, diante disso, Paro (2005, p.16) afirma que falta a devida compreensão do que é efetivamente participação na forma de gestão participativa, onde a participação não é só na tomada de decisões, como também na execução e na partilha do poder.

Para Valerien (1993, p.74), o gestor escolar tem uma importância fundamental, como condutor deste processo de democratização, pois cabe a ele, dar

condições para sua efetivação, pois são numerosos os incentivos dados ao diretor para que ele mesmo e sua escola sejam os atores privilegiados no processo de mudança, na inovação educativa e no desenvolvimento comunitário.

Para a gestão democrática se faz necessário a construção de uma comunidade democrática que vai muito além de uma ou outra prática democrática. Para Makarenko (1977), este desafio não consiste somente em conscientizar as pessoas, mas a raiz da ideologia democrática deve estar na cultura da comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo pudemos observar que o papel do gestor escolar, não é uma função meramente burocrática, ao diretor competem os vários papéis de articular, incentivar e cumprir as ações e metas propostas em seu plano de gestão, quando assume a direção de uma escola, fazendo com que haja a participação coletiva de todos nas tomadas de decisões e resoluções de problemas que a escola enfrenta no dia a dia, além e outros como: a resistência de mudanças por parte dos profissionais envolvidos, falta de interesse dos pais, descentralização de recursos entre outros, na tentativa de ofertar uma educação de qualidade e ter a autonomia da escola. Vai além da função de articulador do processo político pedagógico, envolvendo toda a comunidade escolar, efetivando a gestão democrática.

Outro ponto de destaque é que a gestão democrática só existe se a comunidade como um todo souber a sua importância na prática democrática da comunidade, onde a participação pode trazer benefícios globais para a população desde a qualidade na educação até a qualidade na construção de cidadãos melhores.

Sendo assim concluímos que o gestor escolar é o elo que une as engrenagens da gestão democrática, trazendo para perto toda a comunidade escolar, ou seja, ele é o grande motivador para que toda essa máquina funcione não que ele faça e tome para si toda a responsabilidade, mas que ele seja o motivador para que tudo flua, com seriedade e confiança.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível

em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>Acesso em: 22 mai,2020)

-EDUCAÇÃO, Lei de Diretrizes e Base da. LDB (Lei n. 9.394/96). Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 22 de maio de2020)

- FIRMINO, Fabiana, O que é gestão democrática e como aplicá-la? 2020. Disponível em:<<https://pedagogiaparaconcurso.com.br/o-que-e-gestao-democratica-e-como-aplica-la/>>Acesso em: 23 de maio de 2020)
- LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LÜCK, Heloísa. Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- MAKARENKO, Anton. La colectividad y la educación de la personalidad. Castul Pérez (trad). Moscou: Progreso, 1977, cap. 1, p. 22, 312 pp.
- MENDONÇA, Erasmo Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. 2001. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>Acesso em: 23 de maio de 2020)
- PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- VALERIEN, Jean; Gestão da Escola Fundamental. São Paulo: Cortez, 1993





O ESTÍMULO NO BERÇÁRIO STIMULUS IN THE NURSERY

KUSHIMA, Bruna Eugenia de Lima

RESUMO: O presente estudo partiu do interesse de explorar campos que possibilitam a atuação do profissional pedagogo. O berçário foi o foco, devido ao fato de os primeiros anos de vida serem extremamente importantes para qualquer indivíduo, como também é necessário ter um olhar sensível a essa faixa etária. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi avaliar quais os estímulos do berçário são os mais importantes para o desenvolvimento inicial da criança. O estudo inicia-se com um breve relato da história da creche. É importante ressaltar o pedagogo no berçário, como um agente facilitador de conhecimentos, fazendo com que a criança seja um ator do seu próprio desenvolvimento, sendo ativo, explorador e autônomo. O trabalho pedagógico deve nortear o desenvolvimento holístico da criança, seja físico, motor, social, intelectual e emocional.

PALAVRAS-CHAVE: Berçário - Pedagogo - Estímulos

ABSTRACT: The present study was based on the interest of exploring fields that enable the performance of the pedagogical professional. The nursery was the focus due to the fact that the first years of life are extremely important for any individual, as it is also necessary to have a sensitive look at this age group. Given the above, the objective of this study was to assess which nursery stimuli are the most important for the child's initial development. The study begins with a brief account of the nursery's history. It is important to emphasize the pedagogue in the nursery, as an agent that facilitates knowledge, making the child an actor of his own development, being active, explorer and autonomous. Pedagogical work should guide the child's holistic development, whether physical, motor, social, intellectual and emotional.

KEYWORDS: Nursery - Pedagogue - Stimuli

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em berçário o senso comum acaba por unicamente reduzir a fase inicial da criança como um período de cuidados para assistência de suas condições básicas como alimentação e saúde.

Dessa forma, historicamente a maior parte dos berçários acabava por não possuir profissionais qualificados para atender, de maneira adequada, as crianças de forma a fornecer os estímulos para seu desenvolvimento psicomotor.

O profissional adequado a essa função seria o pedagogo, que de acordo com a Lei 12.014 de 2009 Art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 (BRASIL, 2009) seria o único com formação adequada para atendimento dessa fase infantil.

Porém, a figura do pedagogo acaba por vezes, reduzida a de um simples cuidador de crianças. Muitos gestores não dão real importância ao pedagogo e infelizmente ainda contratam auxiliares sem formação específica para atendimento em berçários.

É inegável, apesar dos problemas antigos e atuais, que tem havido uma evolução dos berçários, onde cada vez mais deixam de ter um papel somente assistencialista e o pedagogo vem ganhando cada vez mais espaço e destaque, principalmente após a lei 12.014 (BRASIL, 2009).

Refletindo sobre o novo formato de berçários, tornando um ambiente de desenvolvimento e aprendizagem constante, consciente de que o pedagogo é um profissional interventivo e necessário em todas as idades, especialmente nos anos iniciais.

2. METODOLOGIA

Este artigo busca explorar campos da pedagogia no contexto de investigar sobre o berçário, utilizando de uma revisão bibliográfica.

Trabalhando com textos de livros, revistas e artigos online para levantar a história e a concepção do berçário, bem como uma gama de diferentes olhares de autores que já trabalharam com o tema em questão.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Relato histórico do berçário e sua função.

Para uma melhor compreensão sobre o berçário, se faz necessário apresentar um breve relato histórico acerca de sua concepção.

Abramowicz (1995), apud Pontes (2016) explica que a palavra creche, de origem francesa, significa "manjedora" e foi utilizada para designar a primeira instituição criada há mais de duzentos anos, pelo Padre Oberlin na França.

A trajetória da Educação Infantil sempre esteve ligada ao conceito de infância que o homem construiu ao longo da história, perpassando pela ideia de "adulto em miniatura", até o atual conceito de criança vista como "sujeito" com características peculiares e em processo. A creche no Brasil surge acompanhada a estruturação do capitalismo desta forma, o trabalho feminino, e as mulheres que antes exerciam apenas as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, começaram a trabalhar fora, nas indústrias (OLIVEIRA,1992).

Ainda o mesmo autor, diz que a sociedade se encarregou de exercer os cuidados com as crianças, sendo criadas, então, as primeiras creches tinham caráter assistencial. Como se pode perceber, as modificações familiares no século XVIII são analisadas por diversos autores, como sendo a gênese das creches.

A partir do início do século XX, com a chegada de imigrantes europeus para o Brasil, com a finalidade de mão de obra nas fábricas, surgem movimentos de protestos e reivindicações com relação às condições de trabalho e creches para seus filhos. Os donos das fábricas, preocupados com a produtividade criou vilas operárias, clubes esportivos, creches e escolas maternas para os filhos dos operários. Nesta época, o caráter das creches era assistencialista, ou seja, voltado aos aspectos da higiene, cuidados físicos e alimentação, pois ainda não se cogitava em ações educativas. (GUIMARÃES, 2017)

Paschoal e Machado (2009) expõem que "o objetivo assistencialista tinha como enfoque a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças".

Ainda segundo o mesmo autor, o caráter assistencial das creches era voltado para as mães trabalhadoras e pobres e a instituição foi vista durante muito tempo como um "mal necessário".

A partir das décadas de 1960 e 1970, no Brasil e no exterior, criou-se a ideia de que as creches ofereceriam a superação das precárias condições sociais a que estavam submetidas as crianças, através de uma educação compensatória. As crianças das classes sociais menos favorecidas eram consideradas como carentes, inferiores, segundo determinados padrões estabelecidos nesta época. (ARIÉS, 1981).

Em função deste pensamento, começaram a ser elaboradas propostas de trabalho em algumas creches e pré-escolas públicas. Enquanto as crianças pobres eram atendidas em creches com propostas que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças mais ricas eram inseridas em ambientes estimuladores e consideradas como tendo um processo dinâmico de viver e desenvolver-se (GUIMARÃES, 2017).

“As crianças eram influenciadas através da transmissão de conhecimentos diferenciados em Motivados, os trabalhadores nos grandes centros urbanos reivindicavam o direito as creches, saindo da visão de um “paternalismo estatal e empresarial”. Os movimentos populares de luta conquistaram na segunda metade da década de 1970 o direito à creche (OLIVEIRA, 1992).”

A Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura em seus artigos referentes à Educação a garantia do atendimento em creche e pré-escola como um direito de todos, dever do Estado e opção da família e enfatiza esta conquista através do artigo 208. (LEGISLATIVA, 2016)

3.2. O berçário

Abrange crianças de 0 a 2 anos, e nessa etapa o berçário mostra-se muito importante para a mesma, para tanto, é necessário um trabalho pedagógico que desenvolva prática de estimulação psicomotor e psicológica que auxiliam o pequeno aprendiz, nessa fase de descobrimento do mundo e do próprio eu. Além disso, a criança vai conquistando, aos poucos, autoconfiança, crescimento emocional e personalidade (CRUZ, 2012).

Devemos a Piaget a primeira e sistemática descrição do desenvolvimento da inteligência nos bebês, uma inteligência que se chamou de sensório-motor.

LÜCKE (2019), considera o período pré-escolar um período muito importante na formação da pessoa, pois nesta etapa ocorre a progressiva troca entre o “eu” e o meio social, através de estímulos, descobertas, recreações, socializações. Quanto mais prazerosas, lúdicas e afetuosas forem às experiências da criança nestas trocas com o meio, melhores serão seus progressos rumo ao aprendizado e o desenvolvimento de sua inteligência.

Vários tipos de estímulos podem ser oferecidos à criança e devem ser oferecidos simultaneamente, mas para uma melhor compreensão, eles são apresentados e explicados por Schiavo e Ribó (2007), separadamente:

“Estímulos Afetivos: Estão ligados ao emocional da criança, aos seus sentimentos, desejos, anseios e interações. Estes estímulos se oferecidos à criança fazem com que ela ganhe mais confiança em si mesma e nos demais, tendo maior facilidade para expressar seus sentimentos, também podendo compreender melhor o mundo a sua volta, construindo valores, ganhando maior autonomia e mais atitude. Estímulos Físicos: Favorecem a capacidade física da criança, podendo desenvolver melhor habilidade, agilidade, lateralidade, coordenação motora, provocando ações como: conhecimento do corpo, desenvolvimento do ritmo, equilíbrio, facilitando as relações grupais. Estes estímulos beneficiam o desenvolvimento motor da criança, estimulam a criatividade, a livre expressão etc., devendo estar presentes nas rotinas das crianças para favorecer seu desenvolvimento. Estímulos Cognitivos: Estão ligados a aprendizagem, a atenção, ao raciocínio, a memória, a criatividade, a linguagem, a curiosidade, ao pensamento, a leitura, favorecendo o desenvolvimento da inteligência, desafiando a criança a pensar aumentando seu acervo de informações. Estímulos Sensoriais: Envolvem os sentidos: audição, visão, tato, olfato, paladar, favorecendo o desenvolvimento das sensações e da sensibilidade interna e externa da criança.”

A criança quando estimulada se torna mais ativa, dinâmica, criativa, emocionalmente equilibrada e saudável, e passa a realizar melhor as atividades propostas, a encontrar soluções e a apresentar uma boa socialização (COLEGIO). Desta forma, quando a escola e o professor oportunizam estímulos à criança que a permitam conhecer seu “eu”, o outro e seus contextos e, não apenas o ler e o escrever, mas sim educando todos os seus sentidos, estão cumprindo o seu papel na prática pedagógica em todos os sentidos e conseqüentemente auxiliando no desenvolvimento da criança como um todo.

Rodrigues (2002, p 96) explica que os bebês que participam das atividades de mediação de leitura têm mais chances de adquirirem futuramente um vocabulário mais extenso. Sendo assim:

“... eles têm oportunidades de falar e se expressar melhor, o que pode acarretar o desenvolvimento da aptidão de representação e capacidade simbólica que pode ser estimulada através das ilustrações dos livros, e conseqüentemente melhorar a concentração. Na mediação de leitura a expressão vocal e facial do mediador é muito importante. A leitura realizada com os bebês deve ser dinâmica e criativa, feita em um ambiente propício para esses futuros leitores. Por isso torna-se essencial a presença de instrumentos lúdicos e musicais que auxiliem a estimular o bebê, uma vez que estimular a leitura em bebês ajuda-os no desenvolvimento da linguagem oral e posteriormente o ajudarão na escrita”.

A importância de estimular o brincar e as brincadeiras é indispensável à saúde física, emocional e intelectual, pois são fatores que compõem a essência da criança. Através deles, a criança desenvolve a linguagem, a imaginação, a socialização e a confiança em si própria, ajudando e auxiliando no processo de crescimento educativo e psicológico a lidar com as suas emoções durante conflitos que ocorram em sua vida. Nesse sentido, Vygotsky (1998, p.127) ressalta que ao estimular as brincadeiras, a criança cria uma situação imaginária, isto é, é por meio dela que a criança cria o seu próprio desenvolvimento o no processo educativo, ajuda auxiliar a sua autoconfiança e a garantia de minimizar os medos e receios.

Segundo LÜCKE (2019) o brincar é fundamental para o crescimento e desenvolvimento adequados das crianças. Destacado o lúdico pela música, leitura, teatro, brinquedos, jogos e as brincadeiras, auxiliam no reconhecimento, enfrentamento e adaptação da criança ao mundo que a cerca. Brincando a criança conhece, explora e compreende o mundo, aperfeiçoa seu poder de comunicação e interação com outras crianças. Brincar estimula o desenvolvimento físico, psicológico, social e moral, e auxilia no aperfeiçoamento das habilidades escolar e psicomotoras.

O estímulo se oferecido de maneira adequada, leva a criança a construírem seus conceitos, valores, atitudes e habilidades que lhes permitam crescer como pessoas e como cidadãos, gradativamente ajudando em toda a sua formação escolar. (DANTAS, 1992, p. 90)

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto o estudo pelas revisões bibliográficas é possível destacar a contribuição acadêmica, a importância dos estímulos nos primeiros anos de vida direcionados para os aspectos físico, motor, emocional e cognitivo da criança.

Sendo assim o berçário não é somente um espaço que proporcione o cuidado, mas que valoriza o bebê como um sujeito que aprende a todo o momento. Que vê a necessidade de tornar esse espaço propício para o bebê se desenvolver integralmente através de estímulos e na interação do mesmo com o meio. O papel do pedagogo do berçário é justamente mediar esse processo do bebê descobrir o mundo a sua volta de forma significativa para o mesmo, sempre respeitando as fases do seu desenvolvimento. Trabalhar os estímulos e o educar no berçário são um desafio constante que exige do pedagogo estar atento e ser um bom observador em relação ao bebê.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, A; WASKOP, G. **CRECHES**: atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1995. 112p.

ARIES, P. **HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar editore, 1981. 224p.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm >. Acesso em 15 de novembro de 2011.

COLÉGIO, M. **ESTÍMULO SENSORIAL NO BERÇÁRIO**. Disponível em: <<http://www.maximuscolegio.com.br/estimulo-sensorial-no-bercario/>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

CRUZ, D, S, D. **O BERÇÁRIO COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**. Campina Grande, 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1900/1/PDF%20-%20Denize%20da%20Silva%20Dias%20Cruz.pdf> >: Acesso em: 20 fev. 2020

CURTISS, S. **A ALEGRIA DO MOVIMENTO NA PRÉ-ESCOLA**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. 130p.

DANTAS, H. P. **A AFETIVIDADE E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA PSICOGENÉTICA DE WALLON**. São Paulo: Summus Editorial LTDA, 1992. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/57634176/aula-5-a-afetividade-e-a-construcao-do-sujeito-na-psicogenetica-de-wallon> >. Acesso em: 15 mar. 2020

GUIMARÃES, C, M. **A HISTÓRIA DA ATENÇÃO À CRIANÇA E DA INFÂNCIA NO BRASIL E O SURGIMENTO DA CRECHE E DA PRÉ-ESCOLA**. UNESP. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/10940-35474-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2020

LEGISLATIVA, A. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**: texto compilado até a emenda constitucional nº91 de 18/02/2016. 2016. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_208_.asp>. Acesso em: 06 mai. 2020

LÜCKE, N, C, F, S. **A IMPORTÂNCIA DO ESTÍMULO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 06, Vol. 12, pp. 33-44. junho de 2019. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desenvolvimento-da-crianca>> Acesso em: 06 mai. 2020

OLIVEIRA, Z, M, R; MELLO, A M., VITORIA, T., et al. **CRECHES**: crianças faz de conta & cia. Petrópolis, Vozes, 1992. 127p. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/21/21112012211307.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2020

ROCHA, J, F, T. **DO ASILO DOS EXPOSTOS AO BERÇÁRIO**: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936). São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300647982_ARQUIVO_ANPUHTEXTOFINAL.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2020

SEVERINO, A, J. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SCHIAVO, A, A, N; RIBÓ, C, M, E. **ESTIMULANDO TODOS OS SENTIDOS DE 0 A 6 ANOS**. Campinas. UNICAMP. 2007. Disponível em:<http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss17_01.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

TASSONI, E. C. M. **AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM: A RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO**. Campinas. UNICAMP.2019. Disponível em:<<http://23reuniao.anped.org.br/textos/2019t.PDF>>. Acesso em: 28 mar. 2020





A PEDAGOGIA WALDORF

THE WALDORF PEDAGOGY

TAVARES, Emanuella.
Graduando em Pedagogia

RESUMO: A pedagogia Waldorf, criada por Rudolf Steiner é a pedagogia baseada no desenvolvimento do ser humano, levando em conta seu aspecto físico psíquico emocional espiritual. Ela segue os fundamentos da antroposofia. O desenvolvimento da criança de acordo com a sua faixa etária é elevado em conta para que seu aprendizado seja adequado para sua capacidade corporal, capacidade da alma e do seu espírito. O currículo da pedagogia Waldorf, se divide em aprendizados teóricos e práticos fazendo com que a criança tem um aprendizado prazeroso e evita que ela adquira conhecimentos abstratos.

PALAVRAS-CHAVE: Waldorf – humano - antroposofia

ABSTRACT: The Waldorf pedagogy, created by Rudolf Steiner is the pedagogy based on the development of the human being, taking into account his physical psychic emotional and spiritual aspect. It follows the fundamentals of anthroposophy. The child's development according to his age group is taken into account so that his learning is appropriate for his body capacity, the capacity of the soul and his spirit. The Waldorf pedagogy curriculum is divided into theoretical and practical learning, making the child have a pleasant learning experience and preventing him from acquiring abstract knowledge.

KEYWORDS: Waldorf - human - anthroposophy

1. INTRODUÇÃO

A Pedagogia Waldorf se baseia em uma concepção de desenvolvimento do ser humano que leve em conta seu aspecto físico, psíquico emocional e espiritual. Essa pedagogia segue de acordo com os fundamentos da Antroposofia, ciência espiritual desenvolvida por Rudolf Steiner. Nela o desenvolvimento da criança se baseia de acordo com as características de cada uma e

de sua faixa etária, busca uma integração do corpo, da alma e do espírito e também entre o pensar ou sentir o querer.

No currículo da Pedagogia Waldorf é trabalhado o aprendizado teórico e também o prático fazendo com que a criança tenha um aprendizado prazeroso fazendo deste uma atividade não competitiva. Nessa prática, evita-se ensinar a criança pelo abstrato.

Esse trabalho tem como objetivo apontar os benefícios da Pedagogia Waldorf, sua origem e seus fundamentos e um pouco de seu currículo.

2. METODOLOGIA

Esse artigo se trata de uma pesquisa bibliográfica, no contexto da produção científica sobre a pedagogia Waldorf, utilizando a revisão de literatura de artigo, artigos de internet, livros e revistas.

Dada à relevância do tema pesquisado, procedeu-se a uma revisão sistemática da literatura por meio da pesquisa bibliográfica para enfatizar os benefícios desta Pedagogia.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Rudolf Steiner, o criador da pedagogia waldorf.

Rudolf Steiner nasceu em 27 de fevereiro de 1861 em Kraljevec (Áustria). Apesar de seu interesse humanístico, despertado ainda na infância por uma sensibilidade para assuntos espirituais, cumpriu em Viena, a conselho do pai, estudos superiores de ciências exatas. ("Linha Waldorf" em Só Pedagogia. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2020).

Foi criada em 1919 na Alemanha e está presente no mundo inteiro. O ensino teórico é sempre acompanhado pelo prático, com grande enfoque nas atividades corporais, artísticas e artesanais, de acordo com a idade dos estudantes. (RUDOLF STEINER, Só Pedagogia, 2008)

A Pedagogia Waldorf se baseia na Antroposofia (gr.: antropos = ser humano; sofia = sabedoria), ciência elaborada por Rudolf, que estuda o ser humano em seus três aspectos: o físico, a alma e o espírito, de acordo com as características de cada um e da sua faixa etária, buscando-se uma perfeita integração do corpo, da alma e do espírito, ou seja, entre o pensar, o sentir e o querer. ("Linha Waldorf" em Só Pedagogia. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2020).

3.2 Princípios da pedagogia waldorf.

Segundo o texto Princípios da Pedagogia Waldorf, a Pedagogia Waldorf concebe o homem como uma unidade harmônica físico-anímico-espiritual e sobre esse princípio fundamenta toda a prática educativa. A partir de uma visão antropológica, a Pedagogia Waldorf abrange todas as dimensões humanas, que estão em íntima relação com o mundo, explica e fundamenta o desenvolvimento dos seres humanos segundo princípios gerais evolutivos que compreendem etapas de sete anos, denominadas septênios. (PRINCIPIOS DA PEDAGOGIA WALDORF, 2016).

Cada septênio compreende a um período de sete anos. O primeiro vai do zero aos sete anos, onde o desenvolvimento é um dos mais intensos pelo fato de que esse contato com o mundo é uma descoberta atrás da outra, assim como formação de membros que também vão ajudar nessa interação com o mundo, as mudanças físicas significativas para a preparação do segundo septênio. O segundo septênio vai marcar o período de sete aos quatorze anos o encontro da criança como os conceitos formais de aprendizado, nesse instante a escola vai ser a referência quanto a esse conceito, os elementos que a Pedagogia vai mostrar incluem e vai além do que temos hoje em relação o currículo escolar. O terceiro septênio que compreende dos quatorze aos vinte e um anos é a afirmação do ser como pensante, crítico, ecológico, social etc. O mais interessante é perceber que em tudo isso sempre vai haver uma comparação direta entre a Pedagogia Waldorf e os demais pensamentos sobre desenvolvimento da Criança. (SANTOS, A. P. S., et.al, 2016)

3.3 O currículo Waldorf.

A estruturação do currículo Waldorf segue princípios que fundamentam sua lógica ordenadora, sua compreensão do desenvolvimento humano e a adequação do conteúdo para as etapas que possibilitam a assimilação e a compreensão humana do mundo. O princípio norteador mais importante do currículo está vinculado ao objetivo de apresentar o mundo à criança e ao jovem de tal modo que, nessa construção cognitiva, afetiva e volitiva, possa ser estabelecida uma unidade com o mundo. Esse objetivo que permanece como plano de fundo de todo percurso escolar, por meio das proposições curriculares, conecta-se com a concepção de ser humano que é a fonte de inspiração para a formulação dos procedimentos pedagógicos, metodológicos e didáticos que aplicam na prática o plano de ensino. (BACK, J. J. GUERRA, M. G. M, 2016)

A pedagogia Waldorf possui um currículo diferente do tradicional:

3.3.1 A Linguagem.

A linguagem, como matéria na escola Waldorf, inclui tudo o que se refere à fala humana. "Para a Pedagogia Waldorf, a fala não consiste apenas em transmitir informações; a fala é revelação, por meio de sons, do âmago espiritual do homem" (LANZ, 2013, p. 124). Na Pedagogia Waldorf, se pretende cuidar desta dádiva que é a linguagem, transmitindo a riqueza da língua materna: conhecendo as imagens escondidas nos verbetes, usando o elemento volitivo inerente ao verbo, percebendo na linguagem poética a inspiração concedida ao homem e cultivando uma relação viva e artística da criança com a língua. (SANTO, G. H. E., 2016)

3.3.2 História

O início do ensino de história começa no quinto ano. Mas nos primeiros anos, as crianças já tem um contato com contos de fadas, lendas e com mitos. Isso é concretizado no quinto ano, onde são tratadas as velhas civilizações da Antiguidade. Dá-se, nessa altura, maior ênfase a lendas e mitos do que a "fatos históricos". As civilizações são vivenciadas as através de simpatia e da antipatia, e não da gravação de acontecimentos definidos. Ao estudar com os alunos das antigas culturas, o

professor procurar a estabelecer relações entre elas e os tempos modernos, chamando atenção dos alunos para aquilo que hoje ainda permanece detalhes civilizações. Falando da Grécia, por exemplo, ele mencionara o teatro, artes plásticas, etc. (RUDOLF LANZ, 1979)

3.3.3 Geografia

A geografia sempre é considerada na pedagogia Waldorf em seu relacionamento com as diversas ações, com o habitat do homem e com as condições geológicas e climatológicas. Mais uma vez o professor procurar o contato com a realidade afim de evitar coisas que abstrações. (RUDOLF LANZ, 1979)

3.3.4 Línguas estrangeiras

Segundo Jafkke (2006) não se deve focar no estudo da língua estrangeira apenas seu aspecto formal ou comunicativo, mas também seu aspecto estético. Stockmeyer (1979) acrescenta que no trabalho com o Inglês é importante traduzir o mínimo possível e buscar tratar nas aulas da cultura, dos costumes, hábitos de vida e disposição anímica do povo estrangeiro levando em consideração as particularidades da maneira de se expressar deste povo. Para um contato mais vivo com a língua podem ser tratados conjuntamente de provérbios ou do tesouro de expressões idiomáticas da comparando com as correspondentes da língua materna além de trabalhar canções, poemas, histórias e lendas específicas do país, etc. (BLASER, J., 2012)

3.3.5 Matemática e Geometria

Na escola Waldorf, o trabalho com a matemática longo do percurso escolar busca coloca-las em consonância com cada etapa biográfica de maneira a que não se apresentem "ressecadas", mas vivificadas. Entretecidas a vida, permitem o transbordamento orgânico de cada conteúdo, o que pretende levar as crianças a carregarem-nas significativamente consigo, transbordando a disciplina em si, ao longo do percurso escolar e de toda sua biografia. (NEVES, K. C. F., 2016)

Depois da linguagem, matemática é certamente o instrumento mais poderoso e mais versátil para se mudar a mente da criança, prejudicando a através de um ensino abstrato e bitolado, ou desenvolvendo-a por meio de um enfoque vivo e artístico dessa matéria geralmente considerada com pavor pelas crianças. (RUDOLF LANZ, 1979)

3.3.6 Ciências

A Pedagogia Waldorf, considera o ser humano, em seus aspectos cognitivo, sentimental e volitivo. É com base nessa concepção de sujeito que Steiner dá suas orientações a respeito da metodologia de ensino de ciências, presente em suas obras pedagógicas. Além disso, ele evidencia a importância de fazer relações entre os diversos temas de estudo e a vida do ser humano; aponta que isso é necessário à formação dos jovens, para além do conteúdo/teoria em si ou mesmo de um experimento ilustrativo. (STEINER, 2007)

3.3.7 Eúritmia

A eúritmia desenvolve os gestos e os movimentos do corpo humano, elevando-os para que venham a ser verdadeira expressão visível e artística daquilo que, na fala e na música, se ouve, mas não se vê. A eúritmia fortalece a vontade, qualidade fundamental para o aprender e o trabalhar. (AITIARA, ESCOLA WALDORF, 2016)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Segundo os levantamentos bibliográficos a pedagogia Waldorf, é uma metodologia que trabalhar a liberdade e autonomia, visando o desenvolvimento completo do intelectual do emocional, do intuitivo e do espiritual das crianças.

Essa metodologia Antroposofica, foi criada por Rudolf Steiner e traz vários benefícios para o desenvolvimento da criança tomando o cuidado de não estimular a criança com conteúdos inadequados para a sua faixa etária.

O currículo é bastante rico, pois fornece o aprendizado de forma concreta evitando passar conhecimento para as crianças de forma abstrata.

A pedagogia Waldorf visa despertar o prazer pelo aprendizado das crianças, pois criança que aprendi com prazer rendem mais e busca desenvolver a criança como um todo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AITIARA, Matérias essenciais, especiais, artísticas e artesanais: currículo waldorf. 2016. Disponível em: < <https://aitiara.org.br/curriculo-waldorf>> Acesso em: 28 maio 2020.

BACK, J. J. GUERRA, M. G. M. **O currículo da pedagogia waldorf e o desafio da sua atualização.** 22 f, 2016 Disponível em: <file:///C:/Users/Emanuella%20Tavares/Downloads/29520-110779-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: 08 junho 2020.

BLASER, J. O currículo de inglês das escolas waldorf: uma síntese de indicações e sugestões. **Crônica do Akasha.** 13 Maio 2012. Disponível em: < <http://cronicadoakasha.blogspot.com/2012/05/o-curriculo-de-ingles-nas-escolas.html>> Acesso em: 28 maio 2020.

LANZ, R. **A PEDAGOGIA WALDORF: caminho para um ensino mais humano.** 2 ed. Summus, 1979, 183 p.

LINHA WALDORF, **Só Pedagogia,** 2008. Disponível em: <<https://www.pedagogia.com.br/conteudos/waldorf.php>> Acesso em: 23 maio 2020.

NEVES, K. C. F. **O papel da matemática no desenvolvimento do individuo na perspectiva da pedagogia waldorf.** Dissertação apresentada em Programa de pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2016, 139 f, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18032019->

151611/publico/KARLA_CHRISTINE_DE_FIGUEIREDO_NEVES.pdf> Disponível em: 08 junho 2020.

PRINCÍPIOS DA PEDAGOGIA WALDORF, **Sociedade Antroposófica**, 2016. Disponível em: < <http://www.sab.org.br/portal/pedagogiawaldorf/369-principios-pedagogia-waldorf>> Acesso em: 25 maio 2020.

RUDOLF STEINER, **Só Pedagogia**, 2008. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/biografia/rudolf_steiner.php> Acesso em: 23 maio 2020.

SANTO, G. H. E. **A experiência da linguagem no currículo waldorf**. 2016, 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157718/001019441.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 28 maio 2020.

SANTOS, A. P. S, et.al. **O desenvolvimento da criança de 0 a 7 anos segundo a pedagogia waldorf**. 9 f. Disponível em: <<https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc16-1.pdf>>

STEINER, Rudolf. **A arte da educação - I. O estudo geral do homem, uma base para a pedagogia**. 4. ed. São Paulo: Antroposófica, 2007. 159p.





A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA INFÂNCIA

THE IMPORTANCE OF PLAYING IN CHILDHOOD

ALVES, Gislaine da Silva

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o brincar, o lúdico, aplicados na Educação Infantil, como forma de aprendizagem, ressaltando sua importância no universo da Educação, e o quanto contribui para a construção do conhecimento na Educação Infantil.

Trazendo também a importância dos jogos, brincadeiras e brinquedos na socialização das crianças, construindo conhecimento e desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Brincar, aprendizagem e desenvolvimento infantil, lúdico, educação infantil.

ABSTRACT: This article has the importance of analyzing the playfulness of learning in Early Childhood Education.

It aims to show the importance of playing in early childhood education, the importance of playful activities in the universe of education contributing to the construction of knowledge in early childhood education. Also bringing the importance of games, games and toys in the socialization of children, building knowledge and development.

KEYWORDS: Play, learning and child development, Playful child education.

1. INTRODUÇÃO

Antigamente os jogos e brincadeiras eram vistos como fúteis e tinham como distração o recreio. Já nos dias de hoje percebe-se que eles desenvolvem várias capacidades, além de instigar a curiosidade, resultando em um processo muito criativo e importante para a aprendizagem.

Brincar é uma importante forma de comunicação, é por meio deste ato que a criança pode reproduzir o seu cotidiano. O ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, pois

facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo, desta forma, uma relação estreita entre jogo e aprendizagem.

Nesse artigo pretendo mostrar a importância do brincar lúdico e os brinquedos na Educação Infantil e o quanto é importante para as crianças terem esse tempo para elas, para desenvolver habilidades para a aprendizagem.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada de materiais bibliográficos retirados de artigos e sites online que trazem a importância do brincar na vida da criança e quanto ela aprende, e quão importante é no seu desenvolvimento, sendo os materiais selecionados a partir da maior relevância sobre o objetivo de estudo, resumidos e transcritos em forma de discussão.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. A importância do brincar no universo lúdico (jogos, brincadeiras e brinquedos)

O ato do brincar acontece em determinados momentos do cotidiano infantil, o brincar proporciona, imaginar e transformar realidade, criar capacidade de autocontrole, lidar com regras, expressar ideias e sentimentos, lidar com emoção, o brincar proporciona muitos ganhos promove o seu bem-estar físico e mental, desenvolve habilidades motoras, cognitivas é fundamental para o desenvolvimento da linguagem e aprendizagem.

É através do brincar que a criança aprende os valores, raciocínio, desenvolve sua solidariedade e empatia, as crianças são capazes de transformar nosso futuro. Os jogos dramáticos e brincadeiras de faz - de conta representam uma experimentação de realidade, especialmente contos de fada, fantasias, que criam alguns medos e afetos. Os jogos com regras também são importantes para as crianças, como futebol, vôlei, queimada etc. Ali elas vão conhecer as regras, entendê-las e respeitá-las, bem como irão adquirir o controle de suas impulsividades, aprendendo a desenvolver estratégias. Brincar, estrutura e organiza o corpo da criança através das vivências e experimentações no meio em que estão inseridas. O ato da criança brincar no chão, de subir em uma árvore, dá a ela uma dimensão espacial importante para estruturação do seu corpo e habilidades motoras mais complexas. É importante proporcionar à criança o brincar livre, em que ela possa decidir, explorar e escolher suas brincadeiras.

3.2. O papel do brinquedo no desenvolvimento da criança

Especialista em Educação infantil como pediatras, professores e pedagogos revelam a importância do brincar para o desenvolvimento saudável das crianças. E através das brincadeiras e brinquedos que a criança descobre o mundo, relaciona-se com outras crianças, prepara-se para a vida e mantém-se saudável. Mas para se ter uma boa ideia da importância do ato de brincar na construção do conhecimento é preciso que se observe uma criança brincando.

O brinquedo assume um papel importante para as crianças, é motivador, ele incorpora todo o imaginário criado pelo universo infantil. Através dos jogos simbólicos as crianças constroem uma ponte entre a fantasia e realidade. Quando a criança brinca, muitas coisas sérias acontecem. Quando ela mergulha em sua atividade lúdica contribui e influencia na sua formação, possibilitando um crescimento sadio.

Para Vygotsky (1998), o educador poderá fazer o uso de jogos, brincadeiras, histórias e outros, para que de forma lúdica a criança seja desafiada a pensar e resolver situações problemáticas, para que imitem e recriem regras utilizadas pelo adulto.

Com isso, é possível entender que o brincar auxilia a criança no processo de aprendizagem. Ele vai proporcionar situações imaginárias em que ocorrerá no desenvolvimento cognitivo, facilitando a interação com pessoas, às quais contribuirão para um acréscimo de conhecimento.

Finalizando Gonzaga (2009, p. 39), aponta:

(...) a essência do bom professor está na habilidade de planejar metas para aprendizagem das crianças, mediar suas experiências, auxiliar no uso das diferentes linguagens, realizar intervenções e mudar a rota quando necessário. Talvez, os bons professores sejam os que respeitam as crianças e por isso levam qualidade lúdica para a sua prática pedagógica.

3.3. Direito de brincar

O brincar é tão importante para a criança que passou de um simples ato, para um direito garantido na declaração universal dos direitos das crianças, onde no quarto registro deixa claro que a criança terá direito a alimentação, recreação e assistência médica adequada, estabelecendo de forma igualitária que a recreação é tão importante quanto à alimentação e a saúde para a criança. Salientando que o brincar é muito importante no processo de desenvolvimento da criança.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no seu artigo segundo é considerado criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e

adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. Sendo assim, no artigo dezesseis a criança tem direito à liberdade, onde compreende alguns aspectos, entre eles o inciso quarto, que é o de brincar, praticar esportes e divertir-se. E no artigo cinquenta e nove cabe aos municípios, juntamente com apoio dos estados e da União, estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação nos informa que:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, desde muito cedo, pode se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde ter determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação... A fantasia e a imaginação são elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre pessoas.

Vista que o direito de brincar é reconhecido por lei. Mas algumas crianças são privadas do seu direito de brincar, muitas vezes por viver em situações vulneráveis que as impedem de desfrutar de seu direito de brincar, e não podemos privá-las na escola. Conclui-se que juridicamente o direito da criança de brincar deve ser promovido também pelos educadores.

3.4. Ensino-aprendizagem através do brincar na infância

Na educação de modo geral, e principalmente na Educação Infantil o brincar é um potente veículo de aprendizagem experiencial, vista que permite, através do lúdico, vivenciar a aprendizagem como processo social. A proposta do lúdico é promover uma alfabetização significativa na prática educacional, é incorporar o conhecimento através das características do conhecimento do mundo. O lúdico promove o rendimento escolar além do conhecimento, oralidade, pensamento e o sentido. Assim, Goés (2008, p 37), afirma ainda que:

(...) a atividade lúdica, o jogo, o brinquedo, a brincadeira, precisam ser melhorado, compreendidos e encontrar maior espaço para ser entendido como educação. Na medida em que os professores compreenderem toda sua capacidade potencial de contribuir no desenvolvimento infantil, grandes mudanças irão acontecer na educação e nos sujeitos que estão inseridos nesse processo.

Contudo, compreender a relevância do brincar possibilita aos professores intervir de maneira apropriada, não interferindo e descaracterizando o prazer que o lúdico proporciona. Portanto, o brincar utilizado como recurso pedagógico não deve ser dissociado da atividade lúdica que o compõe, sob o risco de descaracterizar-se, afinal, a vida escolar regida por normas e tempos determinados, por si só já favorece este mesmo processo, fazendo do brincar na escola um brincar diferente das outras ocasiões. A incorporação de brincadeiras, jogos e brinquedos na prática

pedagógica, podem desenvolver diferentes atividades que contribuem para inúmeras aprendizagens e para a ampliação da rede de significados construtivos tanto para crianças como para os jovens.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de brincar, reconhecido **na declaração universal dos direitos das crianças** e em nossa legislação brasileira, constitui uma das mais importantes formas de aprendizado para a criança no seu estágio de crescimento e desenvolvimento, através do qual pode absorver conhecimentos necessários para interagir com o mundo de uma forma mais saudável.

5. REFERÊNCIAS

NEVES, Fantacholi Fabiane. **A importância do brincar na Educação Infantil.** Monografias Brasil Escola [s.d.]. Disponível em: <http://www.brasilecola.com>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

NEVES, Augusta. **A importância das atividades lúdicas no universo da Educação Infantil.** Jusbrasil. 2013. Disponível em: <https://mariaaugustaclimadasneves.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

MORCHIDA, Tizuko. **O papel das brincadeiras na educação infantil.** 2011. Instituto Advento [s.d.]. Disponível em: <http://univesptv.com.br>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

REEKS David, MEIRELLES Renata. **Território do brincar – Diálogos com escolas.** Instituto Alana. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ng5ESS9dia4>. Acesso em: 22 de maio de 2020.



O CONSUMISMO INFANTIL

CHILD CONSUMERISM

DEFFUNE. Simone

RESUMO: O consumismo infantil pode ter várias consequências e suas causas vem desde observar seus pais comprando, quanto a uma necessidade emocional. A verdade é que o consumismo está entre a gente de uma forma muito sutil, em que nem nos demos conta de sua presença. Neste artigo, trabalhamos o consumismo infantil, suas consequências, comparações e uma das opções de combate a tal problema enfrentado pelos pais no século XXI, como o CANADA começou esse combate e suas soluções e o que o Brasil está buscando para enfrentar essa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia- Necessidade, Compulsão

ABSTRACT: Child consumerism can have several consequences and its causes range from watching your parents shopping, to an emotional need. The truth is that consumerism is among us in a very subtle way, in which we are not even aware of its presence. In this article, we work on child consumerism, its consequences, comparisons and one of the options to combat this problem faced by parents in the 21st century, how Canada started this fight and its solutions and what Brazil is looking for to face this reality.

KEYWORDS: Media, Necessity, Compulsion

1. INTRODUÇÃO

O consumismo é uma compulsão caracterizada pela busca incessante de objetos novos sem que haja necessidade deles. Após a industrialização, criou-se uma mentalidade de que quanto mais se consome mais se tem garantias de bem-estar, de prestígio e de valorização, já que na atualidade as pessoas são avaliadas pelo que possuem e não pelo que são.

O consumismo cresceu tanto que afeta as crianças, que querem mais e mais brinquedos e produtos relacionados a tais personagens que tanto ama, e que observa em seu dia a dia.

O grande problema do consumismo é o que desencadeia na criança e suas consequências, que podem ser tanto emocionais, quanto doenças, como alergias, depressão, agressividade, hiperatividade, ansiedade, além de febre e irregularidades no sono. (CRUZ, 2012).

2. METODOLOGIA

O presente artigo utilizou do método de revisão bibliográfica através de textos e trabalhos já publicados sobre o assunto, as bases de dados utilizadas foram online devido a facilidade de acesso.

Os textos foram selecionados e as informações agrupadas, levando em consideração aquelas mais relevantes para o objeto de estudo e de forma sintética os resultados foram apresentados a seguir.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Consumo e consumismo

O consumo é o ato de comprar que está relacionado à necessidade ou à sobrevivência. Já o consumismo, se relaciona com o ato exagerado de comprar e de não precisar daquilo que adquiriu. (FERRARI, 2020)

O consumismo é a ação de comprar excessivamente e sem necessidade, sendo motivada por impulso ou desejo de comprar. Esse é considerado um comportamento destrutivo que impacta em diversos aspectos da vida cotidiana. O consumismo é diferente do consumo, que é caracterizado pela ação de realizar compras necessárias – como água e alimentação. A onda de consumismo é muito presente em sociedades modernas capitalistas e tem se mostrado um reflexo da globalização e da mídia. (POLITIZE, 2018)

3.2. Consumismo.

O **consumismo** não tem uma causa específica. Esse comportamento é motivado por uma série de fatores que envolvem desde a mídia até as táticas de propaganda utilizadas por organizações empresariais.

Para que a empresa saiba qual é o seu público-alvo, o marketing precisa estudar o comportamento do consumidor. Assim sendo, por meio de estratégias específicas, a empresa vai saber qual é o perfil de seus clientes. (VERSIANE, 2020)

Um dos fatores que impulsionam o consumo descontrolado é a chamada obsolescência programada. Trata-se de uma estratégia dos produtores em desenvolver produtos que simplesmente para de funcionar ou se tornam obsoletos em um curto prazo de tempo. Assim, os consumidores são levados a adquirir versões mais novas do bem ou serviço em questão.

Podemos dividir esse fenômeno em obsolescência técnica ou psicológica. Na primeira classificação, os aparelhos simplesmente para de funcionar, obrigando os

clientes a comprarem um novo produto. O melhor exemplo de obsolescência técnica foi um cartel organizado na década de 20 entre produtoras europeias e americanas de lâmpadas. Seus produtos tinham vida útil reduzida, o que objetivava aumentar as vendas. (POLITIZE, 2018)

“O capitalismo depende do consumo, e a sociedade capitalista é refém do consumismo. O consumo exagerado se transforma em consumismo, ou seja, as pessoas passam a adquirir produtos e serviços muito além daquilo que seria considerado essencial para a sua sobrevivência. A produção em grande escala, aliada à prática da obsolescência programada, tem agravado a situação do planeta graças à grande quantidade de lixo eletroeletrônico e à exploração indiscriminada dos recursos naturais. O ser humano tem o direito ao atendimento de suas necessidades humanas como condição para uma vida digna, mas não pode se tornar refém das “ofertas” e das “novidades” (MOURA 2018)

3.3. Consumismo na infância

As crianças têm se tornado um público cada vez mais cobiçado como consumidores. Além dos tradicionais brinquedos, os filmes, músicas e produtos alimentícios também são alguns dos produtos mais apreciados por elas, para quem se dirigem cada vez mais os olhares das propagandas publicitárias.

No entanto, a prática do consumismo pelo setor infantil da sociedade pode não ser tão inofensivo assim. É importante considerar que a infância é uma fase muito importante para a formação do ser humano adulto. (SILVA, 2014)

Ao expor uma criança às várias formas de propaganda que se encontram nos principais meios de comunicação, como a televisão e a internet, de forma direta, a possibilidade de que a criança cresça alienada à cultura do consumo pode aumentar drasticamente.

Além disso, os pais devem ter o cuidado de não estimular esse tipo de comportamento na criança, evitando o hábito de ceder à pressão de seus filhos.

Por isso, o papel dos responsáveis torna-se fundamental para controlar as influências da mídia no comportamento das crianças, fomentando práticas saudáveis como os as brincadeiras e os esportes, e regulando o contato delas com as práticas consumistas. (PERCILIA, 2020)

3.4. Influência da Mídia

A televisão é o mais poderoso canal de diálogo com as crianças e o mais popular entre elas. De acordo com dados do IDEC (2002), está presente em aproximadamente 40 milhões de casas brasileiras, sendo o veículo de maior peso no Brasil e o segundo eletrodoméstico, ficando atrás apenas do fogão. Através da sedução estética e dos estímulos sensitivos de suas imagens e sons, a televisão tem o poder de captar a atenção dos que ficam em frente às telas e modelar suas opiniões a respeito de temas em voga como sexualidade, amizade, traição, sucesso, poder e outros (SILVA, 2014)

A relação entre mídia e crianças tem sido alvo de discussões e estudos há algum tempo. Porém, após o Inep abordar a temática no Enem 2014, essa questão voltou, fortemente, a ter espaço nos veículos de comunicação. Trata-se de uma íntima relação, permeada por interesses diversos e inúmeras variáveis. Um fato determinante desse processo é a consolidação da criança como consumidora ativa e com alto poder de influência.

Durante os últimos anos, foram crescentes os gastos com publicidade para esse público, assim como o aumento de esforços criativos para a construção de estratégias que garantissem as vendas. Entre desenhos animados e jogos, novos brinquedos eram anunciados. Um mundo mágico, repleto de fantasia, despertava o desejo imediato por possuí-los. A ansiedade tomava conta da criança e, para manter a situação sob controle, os pais rapidamente efetivavam a compra. (POLIEDRO, 2016)

Por unanimidade aprovada pelo Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto por entidades da sociedade civil e ministérios do governo federal, a resolução que, na prática, proíbe a veiculação de anúncios direcionados a crianças. Para Conanda, a publicidade infantil prejudica o que está previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor.

A medida aprovada pelo Conselho tem força de lei e, a partir de sua vigência, proibirá a direção de anúncios impressos, comerciais de televisão, spots de rádio, banners e sites, embalagens, promoções, merchandising, ações em shows e apresentações e pontos de venda.

Além disso, o texto trata da colocação de publicidade em creches e escolas de educação infantil e ensino fundamental, incluindo materiais didáticos e uniformes escolares. Campanhas de utilidade pública que não fazem parte de uma estratégia de publicidade não estão incluídas na resolução. (CONSUMIDOR, 2014)

Em nosso país, o conselho nacional brasileiro de autorregulamentação publicitária (conar, 2014) é o órgão responsável pela fiscalização indevida de propaganda destinada às crianças. A última atualização do órgão foi a incorporação de regras mais severas ao código brasileiro de autorregulamentação publicitária, o qual condena a ação de merchandising ou publicidade indireta contratada que empregue crianças, elementos do universo infantil ou outros artifícios com a deliberada finalidade de captar a atenção desse público específico, qualquer que seja o veículo utilizado (conar, 2014).

A proibição da propaganda destinada a crianças também é defendida por entidades e movimentos da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, um exemplo é o Projeto Criança e Consumo, do Instituto

Alana, uma organização sem fins lucrativos que busca combater e prevenir qualquer tipo de comunicação mercadológica dirigida ao público infantil.

Sendo assim, é necessário que nós, pais e educadores, orientemos nossas crianças contra as manipulações comerciais e desenvolvamos ações conscientizadoras sobre a importância do consumo consciente, para garantir uma vivência plena na infância. (VALE, 2017).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o consumismo é um problema global, que acarreta problemas ambientais, nossa conscientização é o maior combate que podemos possuir. Nossas crianças devem ser ensinadas e educadas para aprender o que o consumismo causa e suas consequências ao nosso mundo, pois vais mais além de problemas ambientais, o consumismo transforma o indivíduo.

Na atualidade podemos ver projetos e medidas tomadas para diminuir na infância o consumismo, o que poderemos observar com o tempo seus resultados, indicando uma diminuição ou aumento do consumo infantil. Mais ainda ressaltando a necessidades de leis mais rígidas e com mais eficiência para a diminuição, já que a mídia ainda sim está influenciando o consumismo infantil junto do capitalismo que busca mais e mais vender seus produtos.

5. REFERÊNCIA

CONSUMIDOR, I, B, D. **Conanda aprova resolução que proíbe a publicidade direcionada a crianças**. 2014. Disponível em: <https://idec.org.br/em-acao/em-foco/conanda-aprova-resoluco-que-proibe-a-publicidade-direcionada-a-criancas>

Acesso em: 28 mai. 2020.

CONAR. **Código brasileiro de autorregulação publicitária**. 2014. Disponível em: <<http://criancaconsumo.org.br/conar/conselho-de-auto-regulamentacao-publicitaria>.

Acesso em: 28 mai. 2020.

FERRARI, J. **CONSUMISMO**. *Brasil Escola*. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/consumismo.htm>.

Acesso em: 23 mai. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL (INMETRO); INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC.). *Publicidade e Consumo*. Coleção Educação para o Consumo Responsável. São Paulo: Idec, 2002.

POLITIZE. **CONSUMISMO**: Você sabe o que é isso? 2018. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/consumismo-o-que-e/#toggle-id-1>>

Acesso em: 23 mai. 2020.

MOURA, R, A. **CONSUMO OU CONSUMISMO**: Uma necessidade humana? 2018.

Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RevFDSBC_v.24_n.1.01.pdf

Acesso em: 23 mai. 2020.

PERCÍLIA, E. **Consumo Infantil**. *Brasil Escola*. 2020. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/consumo-infantil.htm>

Acesso em 28 de maio de 2020.

SILVA, M, R. **MERCANTILIZAÇÃO DA INFÂNCIA**: uma abordagem do consumismo infantil frente aos apelos da publicidade. 2014. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7771/1/51207436.pdf>

Acesso em: 28 mai. 2020

VALE, R. **INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA PROMOÇÃO DO CONSUMO INFANTIL**. 2017.

Disponível em: < <https://petpedufba.wordpress.com/2017/01/11/influencia-da-midia-na-promocao-do-consumo-infantil/>>


Acesso em: 28 mai. 2020

VERSIANE, D. **O QUE É CONSUMO?** 2020. Disponível em:

https://editalconcursosbrasil.com.br/blog/marketing_consumo/

Acesso em 27 de mai. 2020.





A ESCOLA EM TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

SCHOOL IN SOCIAL VULNERABILITY TERRITORIES

COIMBRA, Luciana Kilinskas Costa

RESUMO: O artigo aborda a temática da escola em territórios de vulnerabilidade social, o que é vulnerabilidade social e quem faz parte desse grupo. Como a escola se desenvolve nesse meio, sua relação família-alunos-escola e a importância da educação mostrando que através dela é possível tirar pessoas de situação de vulnerabilidade, apresentando-lhes novas oportunidades e transformando suas vidas.

PALAVRAS CHAVES: Pobreza, Comunidade, Professor, Família, Preconceito.

ABSTRACT: The article addresses the theme of the school in territories of social vulnerability, what is social vulnerability and who is part of this group. As the school develops in this environment, its family – student – school relationship and the importance of education showing that through it is possible to remove people from situation of vulnerability, presenting them with new opportunities and transforming their lives.

KEYWORDS: poverty, education, teacher, Family, prejudice.

1. INTRODUÇÃO

Vulnerabilidade social, termo moderno para uma questão tão antiga decorrente do processo de urbanização tardia tendo como um grande exemplo as favelas, espaços onde diversos serviços públicos são negligenciados, tais como a Educação, apesar de ser direito de todos segundo a Constituição Federal de 1988 e dever do Estado e da família.

O artigo pretende, visto a relevância do assunto, sintetizar como anda a relação vulnerabilidade social e educação, será que a educação, tais como conteúdo, práticas pedagógicas, material, equipamentos, docentes e muitas outras coisas são iguais nos bairros periféricos mais afastados dos bairros de classe média e mais perto de grandes centros urbanos.

Quanto maiores os níveis de vulnerabilidade social do entorno das escolas, mais limitada tende a ser a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas.

Através da leitura de vários artigos que realizaram pesquisas com os resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das escolas públicas ficou constatado que as escolas localizadas em territórios de vulnerabilidade social, principalmente das metrópoles apresentam resultados inferiores em relação aos de cidades médias de sua região.

Trazendo um pouco dessa realidade para a cidade de Botucatu, fazendo uma rápida pesquisa nos resultados do IDEB 2017, o mais recente disponibilizado na internet percebe-se que as escolas com a situação de atenção são aquelas situadas em bairros mais afastados do centro e com uma demanda mais fragilizada, ou seja, mais vulnerável, comprovando ainda mais os resultados dos artigos pesquisados.

E como fica a relação família-escola-território até onde a estrutura familiar e a escolaridade dos pais influencia a escolaridade dos filhos, de que fios são constituídos o laço da família com a escola em territórios de alta vulnerabilidade social. Compreender o que a escola representa para essas famílias. Qual é o papel dessas instituições nessas comunidades, já que a falta de acesso a uma educação de qualidade é um dos fatores que agravam a situação de vulnerabilidade, sabendo que a educação é o processo de transformação de uma sociedade.

2. METODOLOGIA

A pesquisa utilizou o método de revisão de literatura a partir de textos e artigos online que discutem a realidade acerca do assunto das escolas em territórios de vulnerabilidade social.

Os textos foram selecionados a partir da sua relação com o objeto de estudo e a pesquisa foi baseada em estudos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e outros autores como Maria Helena de Souza Patto e Algéria Varela da Silva.

Todas as informações foram agrupadas e apresentadas de forma sintética e de fácil assimilação para que todos os leitores tenham uma compreensão sobre o assunto.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Vulnerabilidade Social

Segundo o site Wikipédia, a enciclopédia livre, vulnerabilidade social é:

Um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social. Está relacionado a processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos desses grupos ou indivíduos, em decorrência do seu nível de renda, educação, saúde, localização geográfica, dentre outros. A ideia de vulnerabilidade implica a necessidade de eliminação de riscos e de substituição da fragilidade pela força ou pela resistência. Os primeiros estudos acerca do tema visavam sobretudo entender a vulnerabilidade um ponto de vista econômico.

Dentre esses estudos, destaca-se a contribuição de Glewwe e Hall (1998), que procuraram inicialmente estabelecer a diferença entre pobreza e vulnerabilidade. Para esses autores, vulnerabilidade seria um conceito dinâmico, relacionado ao declínio dos níveis de bem-estar após um choque macroeconômico, enquanto que a pobreza é definida pelo Banco Mundial, como uma situação de acentuada privação de bem-estar (incluindo não apenas a privação material, medida em termos de renda ou consumo, mas incluindo também a falta de acesso à educação e saúde), sendo que os pobres são particularmente vulneráveis diante de eventos que estão fora do seu controle.

A vulnerabilidade é composta por diversos fatores responsáveis pela exclusão social de uma parcela da população. Entre eles, podemos incluir questões históricas, de raça, gênero e de orientação sexual.

Questões como essas fazem com que diversos cidadãos sofram com a falta de representatividade e de oportunidades. Com isso, se encontram em uma situação de desequilíbrio, pois não têm o mesmo acesso a oportunidades que outros grupos sociais.

É importante lembrar que a situação de vulnerabilidade social não remete necessariamente, a pobreza. O conceito caracteriza uma condição de fragilidade que determinado grupo está sujeito.

Mas Rubens Katzan (2005, apud SILVA, 2007), afirma:

As populações vulneráveis principalmente nos centros urbanos, diga-se população pobre e com relações precarizadas de trabalho, têm dificuldades para acumular capital social, seja: individual, coletivo ou cívico, esta dificuldade é expressa em níveis de qualidade de vida inferiores. Este contingente populacional é isolado das correntes predominantes da sociedade, pois, seus laços com a sociedade estão esgaçados, quer seja pelo mercado de trabalho, pela sua localização no espaço geográfico ou ainda por uma baixa escolarização. A vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui. Ser pobre, é quando não se satisfazem as necessidades básicas e, também, aqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza. (Grifo do autor)

As estatísticas em relação a pobreza no Brasil mostram que do início dos anos 2000 até 2014, o Brasil reduziu drasticamente sua taxa de pobreza. Porém, por conta da crise econômica que rondou o país, o crescimento estagnou e o índice de vulnerabilidade social voltou a crescer (FGV, 2018). Ainda segundo a mesma fonte, hoje, há 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, com rendimentos abaixo de R\$ 232 por mês; cerca de 11,2% da população. A miséria subiu 33% nos últimos quatro anos. São 6,3 milhões de novos pobres. Isto caracteriza que temos muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social.

3.2. A escola dentro dos territórios de vulnerabilidade social

“A noção de território vulnerável ganha um sentido mais concreto na medida em que falamos de lugares concentradores de condições sociais sistematicamente reprodutoras das desigualdades” (SILVA, 2007). A pobreza nele prevalece e os

recursos são extremamente limitados quando não nulos, e a escola infelizmente é um desses recursos.

Já a escola vulnerável pode ser definida “como o estabelecimento escolar inserido em um território de alta vulnerabilidade social ou que atende em sua grande maioria alunos oriundos de famílias em situação de pobreza extrema ou de vulnerabilidade”. (CENPEC, 2011).

Um dado interessante é em relação ao nível sociocultural dos alunos que frequentam essas escolas.

Crianças com mesmo nível sociocultural têm desempenhos diferentes conforme o nível de vulnerabilidade social do local em que se situa a escola em que estudam. Quando alunos com baixos recursos culturais familiares estudam em escolas situadas nas áreas mais vulneráveis, o conjunto deles tende a ter desempenho pior do que quando alunos desse mesmo grupo estudam em escolas localizadas nas áreas menos vulneráveis. Por sua vez, alunos com maiores recursos culturais têm notas mais baixas quando estudam em escolas localizadas em territórios com alta vulnerabilidade social. (CENPEC, 2011).

Usando como base dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que avalia o rendimento dos alunos das escolas em leitura e matemática, ficou constatado que “quanto maior os níveis de vulnerabilidade social do entorno dos estabelecimentos de ensino, mais limitada tende a ser a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas”. (CENPEC, 2011).

Isso leva a crer que o principal problema são os territórios de vulnerabilidade social, e como é ofertado esse serviço público, prioritário e de direito de todos.

Alguns são os mecanismos que potencializam esse efeito território:

- Nos territórios de alta vulnerabilidade social, além de haver grande escassez de serviços privados, há ainda uma baixa cobertura de equipamentos públicos que visam garantir direitos sociais. Há quase exclusivamente escolas de ensino fundamental I, Unidades Básicas de Saúde e Telecentros. As escolas, assim, acabam sendo chamadas a responder pelos problemas sociais desse território, sem ter condições para fazê-lo satisfatoriamente.
- Esses territórios são os que tem a menor cobertura de creches e pré-escolas. É nesses territórios que se concentram as famílias com menores recursos culturais e que são, por esse motivo, mais distantes da cultura letrada e do universo escolar, desse modo, o déficit de oferta de educação infantil aprofunda o afastamento inicial que já existiria entre esses alunos e o universo escolar, acentuando assim, a desigualdade.
- As escolas de meios vulneráveis tendem a apresentar um corpo discente fortemente homogêneo no que diz respeito aos baixos recursos culturais familiares e ao local de residência na vizinhança vulnerável da escola. Elas tendem, por essa razão, a reproduzir, em seu interior, a segregação territorial urbana e

sociocultural da população que atendem, bem como os problemas decorrentes dessa segregação.

Já as escolas situadas em territórios de vulnerabilidade social média e baixa conseguem atrair profissionais mais qualificados e engajados, além de atraírem alunos com maiores recursos culturais familiares e que se adaptam melhor ao seu modo de funcionamento. Por isso, elas conseguem mais facilmente imprimir exigências quanto ao comportamento, ao engajamento profissional e ao desempenho acadêmico, o que pressiona aqueles que não se adaptam a buscarem outras instituições. Desse modo essas instituições exteriorizam os seus problemas, sejam eles ligados à esfera docente, administrativa ou discente. Por sua vez, as escolas situadas em territórios de alta vulnerabilidade acumulam desvantagens e tendem a se consolidar como locais de decantação dos diversos problemas das redes públicas de ensino.

Tudo isso acaba afetando negativamente o modelo institucional da escola, que requer alguns requisitos dos alunos e dos profissionais para poder funcionar. Por isso, as diferentes posições das escolas na concorrência por profissionais, alunos e recursos se expressam em possibilidades de maior ou menor organização administrativa pedagógica. As escolas mais bem situadas nesse cenário de concorrência conseguem mais facilmente assegurar alunos e profissionais que atendem a esses requisitos, o que lhes propicia um melhor funcionamento. Nas escolas que decantam e concentram os problemas da rede, esses requisitos não são satisfeitos e o modelo institucional é levado ao limite da inviabilidade.

Esse é o efeito de território atuando sobre a escola, não somente porque a vulnerabilidade de sua vizinhança a torna também vulnerável, mas também porque o modelo institucional que a sustenta e as relações de concorrência entre escolas contribuem para o próprio efeito do território, gerando uma redução da qualidade das oportunidades educacionais para a população residente em áreas de alta vulnerabilidade social. (CENPEC, 2011).

3.3. Relação família - escola e a importância das escolas dentro destes territórios

Quando se sobrevive em territórios que não há o básico para se viver de uma forma justa e igualitária onde as condições de saúde, saneamento e moradia já são tão escassas e a sociedade insiste em fechar os olhos para essa parte da população onde a baixa autoestima prevalece, para muitos, a escola é a esperança de um futuro melhor. A maioria das famílias, muitas constituídas de mulheres como chefe de família ou para usar um termo mais modernos “mães solas”, esgotam todos os seus esforços para manter seus filhos estudando, tentando ao máximo mantê-los na escola até que os mecanismos mais sutis, ou não, de expulsão acabem por se impor,

pois afinal muitas não tiveram essa oportunidade, oriundas de desigualdades que vem ultrapassando séculos.

Para muitas famílias a escola é:

Mais do que uma possibilidade de aprender, é a única saída para se ter uma vida melhor. O estudo, para todas elas, confere um lugar social, dá um nome e uma identidade. Essa identidade traz a história do sujeito (e de seus antepassados) e o lança para o futuro, como uma nova possibilidade de ser igual (aos seus), mas também um novo. (LOMONACO, GARRAFA, 2009)

Muitas famílias enxergam a vitória escolar dos filhos como uma revanche, superação e transformação de sua própria história. Esperam que a escola seja realmente boa e que o ensino seja de qualidade e eficaz, mas infelizmente nem sempre é assim.

A escola, tal como se encontra em muitos locais da periferia, é o símbolo vivo da degradação da educação e do descaso com a população, o que confirma, escancara e facilita a reprodução da precariedade em suas vidas. (LOMONACO, GARRAFA, 2009)

Segundo Lomonaco e Garrafa (2009) que entrevistaram pais que participam de reuniões socioeducativas do projeto Ação Família em São Miguel Paulista, uma boa escola é ao contrário:

Limpa, organizada, os profissionais são atenciosos e as crianças aprendem. Algumas mães citam a necessidade de biblioteca. Também são mencionados como pontos positivos, a oferta de caçado e de uniforme, as provas, (que permitem que o aluno estude) e os espaços alternativos para o lazer, como salas de leitura e de vídeo, campo de futebol, passeios, festa junina e atividades ao sábado.

A escola é muitas vezes, sinônimo de crianças fora da rua, longe da violência urbana, chegando a confundir o verdadeiro papel da escola que é fornecer conhecimento e aprendizado, mas em territórios de vulnerabilidade social isso é indissociável.

O laço com a escola como resistência às facetas da violência no território amplia a questão para além da delimitação física do espaço institucional. Não se trata de criar barreiras concretas- muros- ao território, e sim de possibilitar a construção de um lugar para o sujeito dentro de outra lógica, da qual faz parte aprender a estudar, a ler e a transitar pelas leis que organizam a vida social. (LOMONACO, GARRAFA, 2009)

Escola e família sempre andarão lado a lado, é uma dupla que não se pode separar, isso independente até do seu território. A trajetória escolar de pais e filhos sempre vão se entrelaçar e as expectativas sempre serão as maiores e melhores possíveis. Haverá percalços no caminho, mas se família e escola tiverem anseios semelhantes essa trajetória será mais leve, em territórios de vulnerabilidade a

importância da escola ganha uma força maior não só pelo seu sentido principal que é o aprendizado e formar cidadãos para a vida, mas para muitos ali, vítimas de um processo histórico, que não implantou políticas públicas desde o tempo da abolição a escola é a única representação de dias melhores, de vidas melhores, é a oportunidade de deixar de ser invisível perante aos olhos da sociedade.

Segundo Lomonaco e Garrafa, 2009:

A escola é o ponto de ancoragem do que é vivido na comunidade ao mesmo tempo em que abre portas diante da perspectiva de um futuro melhor, e organizando a relação entre passado e presente. Cada modo de interpretar a escola (com base nas experiências com ela ou se nela) inaugura uma rede de significados que é capaz de alterar sobremaneira o modo como os alunos estão e aprendem na escola. (Grifo do autor)

3.4. Modelo de escola que deu certo em território de vulnerabilidade social.

Em meio a todas essas estatísticas negativas em relação a escolas localizadas em territórios vulneráveis podemos observar alguns casos que foram contra a essa estimativa, um desses casos é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Campos Salles que está localizada em uma das maiores comunidades da América Latina, o bairro de Heliópolis, localizada na cidade de São Paulo (CARTACAPITAL, 2016)

Um dos principais diferenciais da escola Campos Salles é a forte integração com a comunidade que está ao seu redor, a participação da associação de moradores de bairro é fundamental dentro da escola. A educação, passou a ser o eixo principal das lideranças comunitárias.

Segundo Nogueira (2016), que foi diretor da escola a mais de 20 anos “quando cheguei aqui, em 1995, tínhamos de cinco a seis brigas, era uma praça de guerra”.

Sem saber o que fazer, totalmente perdido o diretor teve duas ideias que o salvaram:

A primeira é a de que tudo passa pela educação, que deve ser uma preocupação de toda a sociedade. A segunda, é a de que a escola tem que ser um centro de liderança na comunidade. (NOGUEIRA, 2016).

Começando assim a sua busca pela aproximação entre pais, professores, alunos e moradores.

As mudanças não aconteceram da noite para o dia, o tráfico e a violência ainda prevaleceu por muitos anos. Foi só após um roubo de 21 computadores da escola que o diretor chamou a atenção dos pais e da comunidade que eles estavam roubando eles mesmos tirando dos seus filhos, e 3 dias depois os computadores foram devolvidos e os muros foram derrubados foi quando se percebeu que “quem tinha que cuidar da escola era a comunidade, e não seus muros”, diz Nogueira (2016).

Em escolas periféricas não são os muros que a protegem, a escola deve ir além e atingir toda a sua comunidade.

Na escola Campos Salles um grande diferencial também foi a mudança do projeto pedagógico que foi votado pelo conselho da escola e as lideranças comunitárias que foi aprovada por unanimidade e se implantou a metodologia de ensino da Escola da Ponte oriunda de Portugal que tem como seus três pilares: autonomia, responsabilidade e solidariedade.

Informações importantes sobre a escola Campos Salles que com certeza faz toda a diferença dentro do seu território:

- Projeto Pedagógico inspirado nos princípios da escola da Ponte (Portugal)
- Os professores não trabalham por disciplina, fazem a gestão dos salões e orientam os estudantes na elaboração dos roteiros de estudo, independente da disciplina.
- Organização por salões, que reúnem as turmas do mesmo ano e onde os estudantes trabalham em grupo, a partir do roteiro de estudos.
- Comissão mediadora por salão e assembleias de estudantes.
- Conselho de classe com participação dos estudantes da Comissão Mediadora.
- Conselho de escola com participação das lideranças comunitárias.
- O projeto pedagógico da escola está articulado com os princípios do bairro educador de Heliópolis.
- República dos Estudantes: projeto que propõe uma forma de gestão do espaço escolar com o objetivo de promover a aprendizagem democrática através de práticas como assembleias e o exercício de funções de agentes dos três poderes.

Para a socióloga e educadora, Singer (2016) Heliópolis mostrou que é possível uma nova maneira de compartilhar ensino.

“A outra educação possível se revela muito em Heliópolis. Começa com o reconhecimento que a escola é uma organização da comunidade, talvez uma das mais importantes, na medida em que é o lugar que as pessoas depositam confiança de educar os seus filhos, não é a escola e a comunidade. A gente vê o poder que tem quando a escola se conecta com as organizações do território, começa a refletir sobre ele e foi capaz de transformar um lugar, que era tido como perigoso, de pobreza, de vulnerabilidade, em um bairro educador”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o tema educação é sempre muito delicado e complexo devido ao seu grau de desigualdade ou melhor dizendo a falta de equidade dentro dela, lembrando que nem todos partem de um mesmo lugar. Neste contexto fez provar-se o que há centenas de anos já vem se comprovando, a desigualdade escolar e a falta de políticas públicas em territórios vulneráveis e totalmente fragilizados.

Concluimos que a localização da escola influencia diretamente na qualidade do ensino mostrando assim um efeito de território sobre as escolas. Muitas vezes a escola isolada nesses territórios é o único equipamento social de referência no território, onde se decantam e concentram os problemas. Sendo assim, uma das consequências disso é que não conseguem superar esses padrões do seu entorno e criar um modelo institucional que a sustente e assegure o trabalho docente e a aprendizagem realmente significativa dos alunos. Enfim, exercer o seu verdadeiro papel.

Nos territórios vulneráveis onde as histórias de vida se repetem e o histórico educacional das famílias se perpetua, pudemos constatar neste artigo que a escola continua sendo um ponto de ancoragem, abrindo portas para a perspectiva de um futuro melhor.

Vimos também através da história da escola Campos Salles localizada no bairro de Heliópolis que é possível tornar a escola um lugar de aprendizagem significativa e segura para todos, e que o território em torno tem que fazer parte da escola, a comunidade é a escola, e isso é possível principalmente graças a implantação de uma gestão democrática.

Por fim, podemos afirmar que a principal forma de tirar as pessoas da situação de vulnerabilidade social é investindo em educação. A educação é capaz de apresentar novos horizontes e a oportunidade de transformação de vidas, é preciso investir na juventude e combater a vulnerabilidade social através da educação.

5. REFERÊNCIAS

Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole. Cenpec, São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Pesquisa-de-Vulnerabilidade-internet.pdf>.

IDEB por escolas. Botucatu, 2017. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/1714-botucatu/ideb/ideb-por-escolas>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

LOMONACO, Beatriz Penteado; GARRAFA, Thais Christofe. A complexidade da relação escola-família em territórios vulneráveis. Cadernos Cenpec | Nova série, [S.l.], v. 4, n. 6, jun. 2009. ISSN 2237-9983. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/21/20>

Patto, M. (1992). A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. *Psicologia USP*, 3(1-2), 107-121. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/psicosp/article/view/34463/37201>

Pobreza e desigualdade aumentaram nos últimos 4 anos no Brasil, 2018. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/pobreza-e-desigualdade-aumentaram-ultimos-4-anos-brasil-revela-estudo>. Acesso em 13 de abril de 2020.

SILVA, A.V. Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de Natal. 13º encontro de ciências sociais do Norte Nordeste, Maceió, 2007. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Vulnerabilidade_social. Acesso em: 13 de abril de 2020.

<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/15/maior-comunidade-do-brasil-se-torna-referencia-em-educacao-apos-escola-derrubar-muros/>. Acesso em 23 de maio de 2020.

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/derrubando-paredes-e-estereotipos-na-favela/>. Acesso em 23 de maio de 2020.

<http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/programa-de-formacao-de-professores/guia-campos-salles-presidente-emef.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2020.

<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/15/maior-comunidade-do-brasil-se-torna-referencia-em-educacao-apos-escola-derrubar-muros/>. Acesso em 28 de maio de 2020.



POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

PUBLIC EDUCATIONAL POLICY

RIBEIRO, Fabiana Gomes

RESUMO: A sociedade mudou e com as mudanças cresceram suas necessidades, tais necessidades que precisaram de luta e se fizeram conquistas a toda população. Tais conquistas foram feitas a partir da criação de políticas públicas e na área da educação não foi diferente. Graças as políticas públicas educacionais, nossa educação pode chegar a inclusão social, tendo um grande avanço em ajudar a sociedade. Neste trabalho observaremos como são as políticas públicas educacionais e algumas que foram criadas para refletir como ela é importante em nossa sociedade, qual a origem das políticas públicas, quem as cria e de onde sai seus recursos.

PALAVRA-CHAVE: Educação – Legislação – Sociedade.

ABSTRACT: Society has changed and with the changes its needs have grown, such needs that needed to be fought and conquests made to the entire population. Such achievements were made from the creation of public policies and in the area of education was no different. Thanks to public educational policies, our education can reach social inclusion, making a great progress in helping society. In this work, we will observe how public educational policies are and some that were created to reflect how important it is in our society, where public policies originate, who creates them and where their resources come from.

KEYWORDS: Education - Legislation - Society.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade é dinâmica e, por isso, a compreensão da função do Estado e das necessidades educacionais também muda ao longo dos anos. As políticas públicas de educação geralmente estão associadas aos momentos históricos de um país e do mundo e à interpretação de poder de cada época.

No Brasil, elas são estabelecidas por um processo pedagógico nacional, no qual são discutidas as temáticas necessárias para garantir uma educação de qualidade, e apoiadas pela legislação. Exige, ainda, a participação da sociedade como um todo: educadores, alunos, pais e governo.

Normalmente, as políticas educacionais têm origem nas leis votadas pelo Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, embora membros do Poder Executivo também possam propor ações nessa área. Aos cidadãos cabe participar dos conselhos de políticas públicas, que são espaços de discussão de demandas.

Dessa forma, as políticas educacionais podem ser entendidas como um meio de construção de valores e conhecimentos que possibilitam o pleno desenvolvimento do educando, incluindo sua capacidade de se comunicar, compreender o mundo ao seu redor, defender suas ideias e exercer a cidadania.

Ao estabelecer modelos educacionais concebidos pelos cidadãos e pelo governo, essas políticas públicas viabilizam a criação de uma sociedade apta para trabalhar, questionar e contribuir com o crescimento da nação — por isso, são de extrema importância para o país.

2. ORIGEM DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

A política é o nome que se dá para a capacidade do ser humano de criar diretrizes com o objetivo de organizar seu modo de vida. Essa palavra também faz menção a tudo que está vinculado ao Estado, ao governo e à administração pública com o objetivo final de administrar o patrimônio público e promover o bem público, isto é, o bem de todos.

Para o ato de governar, uma característica fundamental é a capacidade de mediar conflitos entre as pessoas. Sendo assim, o político deve conduzir sua gestão de forma a mediar os conflitos existentes na sociedade de forma a encontrar uma saída que seja boa para todos. (NEVES, 2020)

Segundo RIBAS (2018), o termo política pública, como área específica do conhecimento, nasceu nos Estados Unidos, no período da Guerra Fria com o intuito de enfrentar suas consequências. Sua proposta era apresentar métodos científicos racionais que pudessem orientar o governo na solução de problemas que remontam à esfera pública. Nessa primeira vertente, as políticas ligavam-se à racionalidade, na medida em que prezavam pela formulação de decisões que pudessem orientar as atividades de interesse público.

Além disso, a participação na política era limitada a um grupo muito pequeno. Uma lei de 1880 reduziu mais ainda o grupo de pessoas que poderiam participar da política no Brasil. Essa foi a Lei Saraiva, que decretou que o voto passaria a ser direto (antes o voto era indireto) e que teriam direito a votar os homens com renda superior a 200 mil réis anuais que fossem capazes de assinar o documento de alistamento militar. (LEÃO, 2012).

Contudo, posteriormente, abandonou-se somente essa concepção racionalidade, no sentido de que deveria congrega elementos ligados à relação de

poder, como o papel das eleições e o interesse de grupos políticos, partidos políticos e da própria mídia. Essa nova reclassificação das políticas públicas persiste até os dias atuais, sendo incorporada no Brasil especialmente a partir do século XXI.

“Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade”. (RIBAS, *aput.* CALDAS, 2008, p. 05).

3. POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

As políticas educacionais no país precisam levar em consideração, acima de tudo, os aspectos abordados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) — especialmente a garantia do direito de acesso à educação a qualquer brasileiro. Em seu artigo 3º, a LDB atesta que o ensino deverá considerar os princípios de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender (...); pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; valorização do profissional da educação escolar e garantia de padrão de qualidade”. (UNYLEYA, 2019)

Na esfera educacional, várias políticas públicas foram lançadas por todos os setores do governo federal para se alcançar os objetivos propostos pela Constituição Federal. A título de exemplo, entre outras políticas podem ser citadas as seguintes:

“Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério- (FUNDEF), plano de desenvolvimento da escola (PDE); programa de dinheiro direto na escola (PDDE); programa bolsa família; programa nacional de alimentação escolar (PNAE); programa nacional do livro didático (PNLD); programa nacional de transporte escolar (PNATE); exame nacional do ensino médio (ENEM); sistema de seleção unificada (SISU); programa universidade para todos (PROUNI); programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação Infantil (PROINFÂNCIA).” (FERREIRA, 2015)

4. QUEM FAZ A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

As políticas educacionais são propostas, estudadas e criadas a partir de leis que são votadas pelos membros do Poder Legislativo (deputados federais e estaduais, senadores e vereadores) em cada uma das esferas de governo: federal, estadual e municipal. (UNYLEYA, 2019)

OS membros do Poder Executivo (presidente da República, governadores e prefeitos) também podem propor medidas que possam fazer melhorias na área da educação. Os cidadãos podem e devem participar da formação das políticas públicas. Em muitos casos a origem das políticas públicas de educação vem de pedidos ou de necessidades que são sugeridas pela população através de processos de participação popular.

Uma das maneiras de participar da criação das políticas públicas é pela participação nos conselhos de políticas públicas. Os conselhos são formados por representantes do governo e por cidadãos. São espaços de discussão em que as pessoas podem dar sua opinião, falar sobre suas necessidades e sugerir mudanças que possam trazer mais benefícios para a educação. (RIBAS, 2018)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é outro responsável por executar parte das ações do Ministério da Educação relacionadas à educação básica e à superior, o órgão também presta auxílio financeiro e técnico aos municípios e executa ações para a oferta de educação de qualidade. Sua missão é captar recursos financeiros para o financiamento de projetos de ensino e pesquisa e execução de diversos programas. De acordo com o presidente da autarquia, Gastão Vieira, o FNDE é o grande executor das políticas públicas de educação no Brasil. (EDUCAÇÃO, 2020)

5. PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. Seu objetivo é promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (EDUCAÇÃO, 2020)

O programa é desenvolvido em todo o território nacional, em regime de colaboração com o Distrito Federal e com cada um dos estados e dos municípios – com atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo. Para a alfabetização dos jovens, adultos e idosos, o PBA conta com a ajuda de voluntários, preferencialmente professores da rede pública, que atuam como alfabetizadores, coordenadores de turmas ou tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e recebem bolsas mensais, como um estímulo à

sua ação alfabetizadora. Para saber sobre o pagamento de bolsas, consulte a seção “*Bolsas e auxílios*” na página do FNDE. (DESENVOLVIMENTO, 2020)

“Até 2012, o Brasil Alfabetizado conseguiu atender mais de 14 milhões de jovens e adultos, quantidade essa atendida desde que o programa foi iniciado pelo Governo Federal. Somente nesse ano, aproximadamente 1,2 milhões alfabetizando com idades variadas foram atendidos pelo PBA, concluindo as fases de ensino sabendo ler e escrever.” (PRONATEC, 2020)

6. QUAIS OS PRINCIPAIS RECURSOS QUE FINANCIAM A POLÍTICA PÚBLICA

No Brasil há três categorias de tributos: impostos, taxas e contribuições. Os impostos são muito importantes, pois, por meio deles, o governo obtém recursos que custeiam quase todas as políticas públicas. As taxas são tarifas públicas cobradas para fornecimento de algum serviço, tal como documento, ou segunda via de certidões e passaportes, por exemplo. As contribuições de melhoria são cobradas do contribuinte que teve, por exemplo, seu imóvel valorizado por alguma benfeitoria. E as contribuições sociais e econômicas, de competência da União. As sociais são para cobrir gastos da Seguridade Social e as econômicas para fomentos de certas atividades econômicas. (MANHAS, 2019).

Os recursos transferidos são destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), conforme o disposto no artigo 212 da CF, regulamentado pela *Lei de Diretrizes e Bases* da Educação Brasileira (LDB). As atividades suplementares, tais como merenda, uniformes, dinheiro direto na escola são financiados com outros recursos administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com recursos provenientes, dentre outras fontes, do salário-educação, recolhido pela União, que repassa uma parte para Estados e Municípios. (ORAIR, 2020)

O financiamento da Educação, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, passou a sofrer menos intempéries, visto que o legislador garantiu o mínimo necessário, ou seja, 18% para a União e 25% para Estados e Municípios.

Além disso, no artigo 211, parágrafo primeiro, está dito que:

“A União organizará o sistema federal de ensino e financiará as instituições de ensino públicas, federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.” (RIBAS, 2018)

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (*Fundeb*), por exemplo, é um dos mais importantes instrumentos de sustentação da educação básica. Aprovado em 2006,

fruto da luta do movimento social, a validade do Fundeb é somente até dezembro de 2020, o que precisa ser revisto com urgência. (RODRIGUEZ, 2001)

7. CONCLUSÃO

A política pública educacional é muito importante uma vez que ela protege os alunos, busca sempre melhorar a educação, visa um ambiente e um ensino de qualidade. Traz ela uma forma de dar oportunidades iguais a todos os alunos, dar uma estrutura escolar adequada, uma qualidade de ensino boa.

Infelizmente muitas pessoas não têm a informação sobre a importância da política pública, não têm informação de que tem respaldos para sua formação educacional ou a formação educacional de um filho. Muitas vezes passamos por situações onde o direito e respaldo do aluno é deixado para trás, burlado por pessoas que têm o poder nas mãos, como exemplo o fato de negar a vaga de uma creche a uma criança. E isso de maneira geral, como muitas vezes não reclamamos de uma escola onde o ensino é ruim, ou não reclamamos quando não se tem professor em sala de aula, entre outros problemas.

8. BIBLIOGRAFIA

DESENVOLVIMENTO, E. **PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO**. 2020. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/11522-programa-brasil-alfabetizado-pba>>. Acesso em: 07 de jun.2020.

LENZI, T. **Políticas públicas na educação: quais são e quem faz?**. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/>>. Acesso em: 27 de abr. 2020

EDUCAÇÃO, M. **Órgão faz 48 anos a serviço da educação de qualidade no país**. 2020. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32651#:~:text=%C3%93rg%C3%A3o%20faz%2048%20anos%20a%20servi%C3%A7o%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20qualidade%20no%20pa%C3%ADs&text=Sua%20miss%C3%A3o%20%C3%A9%20captar%20recursos,p%C3%ABlicas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.>>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

FERREIRA, L, A, M. **IMPACTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO COTIDIANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2015. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publica_PNE.pdf>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

LEÃO, M. **LEI SARAIVA (1881): O analfabetismo é um problema nacional.** 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/File/929/48>>. Acesso em: 07 de jun. 2020

NEVES, D. **POLÍTICA.** 2020. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/politica>>. Acesso em: 07 de jun. 2020

ORAIR, R, O. **DILEMA DO FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA VISÃO GERAL.** 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9181/1/Dilemas%20do%20Financiamento.pdf>>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

PRONATEC. **PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO.** 2020. Disponível em: <<https://pronatec.pro.br/programa-brasil-alfabetizado/>>. Acesso em: 07 de jun. 2020.

RIBAS, C, L. **Políticas públicas educacionais no Brasil: a implantação, o desenvolvimento e desafios do Programa Pronatec.** 2018. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-170/politicas-publicas-educacionais-no-brasil-a-implantacao-o-desenvolvimento-e-desafios-do-programa-pronatec/>>. Acesso em: 27 de abr. 2020

RODRIGUEZ, V. **FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O FUNDEF E A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO.** 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300004>. Acesso em: 27 de abr. 2020

UNYLEYA, F. **O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.** 2019. Disponível em: <<https://blog.unyleya.edu.br/insights-confiaveis/o-que-sao-as-politicas-educacionais/>>. Acesso em: 07 de jun. 2020



A CONSTRUÇÃO ESCOLAR E A INCLUSÃO

SCHOOL CONSTRUCTION AND INCLUSION

LIMA, Fiorela Baptistão Fattori de

1. Graduando em Pedagogia

2. fiofattori1@hotmail.com

RESUMO: Partindo dos pressupostos da inclusão escolar, visa-se demonstrar como o Estado, a escola e a sociedade estão aptos em receber esses alunos. Quais são os prós e os contras da inclusão e, principalmente, como tornar a vida desses alunos, que são incluídos, o mais natural possível para não ocorrer a exclusão. Demonstrar quem são esses alunos e saber qual seria o melhor caminho pedagógico a seguir para esse aluno de inclusão.

Palavras Chaves: Pessoas portadoras de deficiência e a sociedade; O Estado e educação especial de alunos; Método da educação especial na escola.

ABSTRACT: Based on the assumptions of school inclusion, the aim is to demonstrate how the State, the school and society are able to receive these students. What are the pros and cons of inclusion and especially how to make the lives of these students, who are included, as natural as possible so that exclusion does not occur? Demonstrate who these students are and know what would be the best pedagogical path to follow for this inclusion student.

Keywords: People with disabilities and society; The state and special education of students; Special education method at school.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade evolui constantemente e as pessoas tem que se moldar a um padrão que ela estereotipa. Por conta disso, estamos vivendo um colapso entre o ser humano onde, ele se não entende, não pode ser único e, muitas vezes, busca viver num mundo virtual em que tudo é perfeito.

Nesse estereótipo que somos impostos a viver não estamos conseguindo nos libertar de sermos máquinas, e ser vistos como seres individuais, completamente diferentes uns dos outros.

Essa diferença está tão presente em nossa vida, que muitas vezes não a percebemos, e não fazemos nos esforçamos para criar um lugar melhor, aceitando, respeitando e ajudando as pessoas que tem algum tipo de deficiência (física, intelectual, múltipla, auditiva, visual).

O Estado garante a proteção todos os cidadãos, e principalmente os mais necessitados de cuidados. É direito toda criança e adolescente estar na escola, e a inclusão de alunos com necessidades especiais não fica sem estar protegida.

Sabe-se que a inclusão existe, mas será que estamos preparados para esse novo olhar aos alunos que necessitam dessa inclusão? O que é inclusão? Quais alunos precisam de inclusão? Como a escola diagnostica qual o aluno que precisa de um processo de inclusão? Precisamos saber como o Estado conduz tal situação legalmente, como a escola vem se adequando a esse olhar de individualidade, quais são as práticas assumidas a nível escolar diante desse aluno.

A pesquisa tem como objetivo mostrar esse olhar que está esquecido no mundo atual, demonstrar que a inclusão deveria ser parte cotidiana da vida do ser humano, na vida em sociedade e em particular dentro da escola.

2. METODOLOGIA

Este artigo trata de pesquisa bibliográfica no contexto da produção científica sobre a construção escolar e a inclusão utilizando a revisão de literatura de artigo de revista, artigos de internet e livros.

Dada à importância do tema apresentado optou-se por fazer um levantamento bibliográfico para comparar o quanto evoluímos, ou não, para uma melhor qualidade de vida, uma melhora no sistema de inclusão escolar; saber como as instituições recebem esses alunos e como ela está preparada para melhor ajudar o aluno.

3. DESENVOLVIMENTO

Ao nos deparar com nosso passado, a história da educação, teve um período colonial onde os jesuítas quando chegaram ao Brasil tiveram a missão dada pelos colonizadores portugueses de domesticar a população indígena para facilitar o domínio do colonizador, e com isso, os jesuítas foram os responsáveis por implantar a primeira escola no Brasil, fundamentada basicamente em princípios religiosos (ALVES,2015).

A educação ministrada pelos jesuítas era basicamente religiosa e estruturada nos moldes do ensino europeu e quem participava da escola além dos indígenas, eram os homens brancos e cristãos, já os negros escravizados estavam totalmente excluídos do sistema de ensino. Basicamente a educação consistia em ensinar a ler, contar e a respeitar os princípios católicos.

No século XVIII, o ensino passou a ser laico e desvinculado da religião, mas ainda sim a igreja tinha uma forte influência. O Ensino laico ganhou força no sistema educacional brasileiro apenas no final do século XIX.

Com o advento da Constituição Federal a educação é tratada com primazia e pela primeira vez em nossa história Constitucional a declaração dos Direitos Sociais destaca primordialmente a educação, destinando a ela uma seção específica. (ARAUJO, 2010, p. 516)

Ainda nesse sentido, segundo ALVES (2015), com a criação da Constituição Federal de 1988 começou a existir uma preocupação do governo quanto à educação, onde se delimitou um prazo para a erradicação do analfabetismo.

Não sendo o bastante para conduzir a educação, houve a necessidade da promulgação da primeira LDB (Lei de Diretrizes Básicas) foi criada em 1961 que dita às orientações necessárias para a organização do sistema educacional, a segunda LDB em 1971 e a terceira LDB em 1996 (Lei de Diretrizes Básicas, lei 9394/96) que vigora até os dias de atuais. Um dos grandes avanços nesse tempo foi a obrigatoriedade do governo em garantir o atendimento de crianças entre zero e seis anos, a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica seguida pelo ensino fundamental e ensino médio.

Com esses avanços na sociedade, a criança começou a ser vista e ser protegida, uma vez que em sua origem ela não era reconhecida como parte integrante do contexto social.

A preocupação de essa criança estar dentro da escola que primeiro era tida como assistencialismo passou a ter uma formação pedagógica para desenvolvimento do aprendizado.

Mas um triste lado não pode deixar de ser visto, as crianças que não possuíam nenhum tipo de deficiência eram recepcionadas, infelizmente as crianças que têm algum tipo de deficiência não eram bem aceitas na sociedade, elas sempre foram escondidas da sociedade e nenhum futuro era almejado para essa criança, nenhuma preparação para a vida em sociedade.

Podemos ver que esse pensamento da sociedade vem desde os primórdios da sociedade, SANTOS (2018) *et al. apud* GUGEL (2016) afirmam que segundo Platão no livro “A República”, indicava que as pessoas disformes deveriam ser eliminadas, escondidas e abandonadas, e Aristóteles, no livro “A Política”, revelava a necessidade de uma lei que impedisse a criação de crianças disformes e, nas cidades onde a cultura não permitisse eliminar essas crianças, a procriação seria limitada por meio de aborto. (p.12)

Quando essa preocupação que se tornou mundial, a Convenção da ONU ratificou no Brasil com equivalência a Emenda Constitucional em 2008, que garante participação efetiva, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades para o pleno desenvolvimento do potencial do educando reforçando que em 1994 a Declaração de Salamanca enfatizou de forma quase redundante que “educação para todos efetivamente significa para todos”.

Segundo SANTOS (2016), existem quatro principais documentos internacionais que norteiam a educação inclusiva: a Declaração Universal de

Direitos Humanos, a Declarações de Jomtien e Salamanca e a Convenção da Guatemala.

Se com toda essa preocupação do Estado e do Mundo sobre o direito de estar na escola, inclusive as pessoas de inclusão social, cabe sabermos o que vem a ser inclusão social!

3.1. Inclusão Social

A inclusão escolar não se limita apenas as pessoas portadoras de necessidades especiais, mas também as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais humana. (MAZZILLO, 2008, p.27).

Portanto, a inclusão social não são apenas as pessoas portadoras de deficiências, mas segundo a Wikipédia, a inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.

Ainda segundo o mesmo autor, o princípio da inclusão é um processo educacional que busca atender a criança portadora de deficiência na escola ou na classe de ensino regular, e para que isso aconteça é necessário que esse processo seja frequentemente revisado.

Diante de saber que esse aluno tem direito, respaldado por lei, de estar incluso na escola e, atualmente, estar em constantes mudanças, estudos e aprendizados, procurando a melhor forma recepcionar esses alunos, cabe sabermos o desafio e como a escola está apta a receber esses alunos, como ela sabe quais os alunos que fazem parte dessa inclusão.

3.2. Alunos com necessidades educacionais

Cabe antes de qualquer coisa saber quem seriam esses alunos com necessidades educacionais especiais. A Resolução CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 da Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 5º, diz que esses alunos são aqueles que apresentam durante o processo de ensino-aprendizagem:

- Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares (sendo aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica ou podendo ser aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências.)
- Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos alunos, demandando a utilização de linguagem e códigos aplicáveis.
- Altas habilidades/superdotação, grande facilidade em aprender dominando rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Portanto, esses alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que manifestam comportamentos particulares que impeçam os encaminhamentos rotineiros das práticas pedagógicas em sala de aula, pois é necessário que o professor faça ajustamentos curriculares, sem os quais eles não conseguirão realizar as aprendizagens ao nível de suas capacidades e potencialidades (DELOU, *et al.*, 2008, p.28).

3.3. Educação Especial

Com a evolução da educação no cenário brasileiro, muitas mudanças acontecerem, pois o Estado deixou bem claro que todos têm direito à educação básica gratuita, sem distinção de sexo, raça, cor ou credo, sendo garantido principalmente as pessoas portadoras de necessidades especiais direito à educação básica regular ou atendimento educacional especializado.

Quando falamos nessa educação inclusiva, temos que ter o cuidado de não acontecer a segregação desses alunos, para que eles não sejam excluídos através da homogeneização e perpetuação das diferenças. Especificadamente, no que tange a educação especial por muito tempo entendeu-se que as crianças rotuladas normais frequentavam as escolas de educação básica (“escolas normais”) e as crianças rotuladas como especiais, excepcionais ou deficientes frequentavam escola especial. Desta maneira, os portadores de necessidades especiais até poderiam ter algum tipo de educação, de maneira segregada e com conteúdo distintos.

A LBD traz que a educação especial tem que ser a mesma modalidade de educação escolar que se tem na rede regular de ensino, mas prevê serviços de apoio especializado e o atendimento em classes ou escolas especializadas, conforme as condições específicas dos alunos.

É nessa educação especial, como modalidade de educação escolar, que temos que considerar um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam a disposição desses alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento, ou seja, fazendo as adaptações curriculares dentro das normas, para esses alunos e dar o suporte com atendimentos para que ele possa aprender.

Adequar um currículo não significa a retirada de conceitos básicos a serem trabalhados pela escola, mas de se buscar estratégias metodológicas interativas que favoreçam as respostas educacionais do aluno.

Não há de se projetar um fim a seguir, temos que respeitar o limite que o aluno consegue chegar, adaptando-se todo o material para que o aluno possa compreender.

Segundo Delou, *et al.*, 2008, p. 18, há de se ressaltar que a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 208, dispõe o atendimento educacional especializado (AEE), mas esse atendimento deve ser feito concomitantemente ao ensino regular e não ser uma educação especial exclusiva, sendo ela oferecida em horário de contraturno ao aluno.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 transcreve (BRASIL,1988):

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

3.4. Desafio da escola

A ideia de que a escola precisa estar pronta para depois receber o aluno com deficiência é baseada em uma expectativa ilusória, de um saber pronto capaz de prescrever como trabalhar com cada criança. O preparo do professor no contexto da educação inclusiva é o resultado da vivência e da interação cotidiana com cada um dos educandos, com e sem deficiência, a partir de uma prática pedagógica dinâmica que reconhece e valoriza as diferenças. Não há especialização capaz de antever o que somente no dia a dia poderá ser revelado (Paganelli, 2017).

Quanto aos procedimentos, diagnosticar e conduzir a um atendimento inclusivo, existem algumas diferenças burocráticas entre a escola pública e a escola particular.

Tanto na escola particular quanto na escola pública, o desafio é o mesmo, diagnosticar esses alunos que apresentam uma dificuldade, fazer uma anamnese (entrevista realizada com os pais a fim de colher todos os dados), ver se essa criança tem laudo clínico ou não. Se tiver essa comprovação de que o aluno precisa de uma inclusão, traçar o caminho a ser percorrido conforme a necessidade individual de cada aluno.

PAGANELLI (2017), diz que uma escola inclusiva é aquela que inclui todos, sem discriminação, e a cada um, com suas diferenças. Perseguindo a aprendizagem de forma ampla e colaborativa, oferecendo oportunidades iguais para todos e estratégias diferentes para cada um de modo que todos possam desenvolver seu potencial.

Segundo ROSA (p. 228 *apud* MANTOAN, 2003) a educação inclusiva coloca como meta para a escola, o sucesso de todas as crianças, independentemente do nível de desempenho que cada sujeito seja capaz de alcançar. O importante é a qualidade sobre o que ensina e um currículo competente que deve ser elaborado a partir do conhecimento do alunado... Este é o grande desafio a ser enfrentado pelas escolas regulares tradicionais, cujo paradigma é conteudista, e baseado na transmissão de conhecimentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando o enfoque do trabalho, percebemos que a Educação Especial que temos hoje em dia foi uma conquista de luta de muitas pessoas e instituições num passado, mas que sempre estará em constante mudança e modificação.

A inclusão social por pessoas com deficiências na sociedade e principalmente na escola é um direito inquestionável, mas ainda muitas escolas, professores ainda resistem declarar despreparado para concretizar essa inclusão alegando não ter um preparo necessário (Mazzota, 2010).

A educação inclusiva é um processo contínuo e dinâmico, se todos os envolvidos com sua respectiva responsabilidade referente ao aluno que tenha deficiência (família e escola) se empenhar no seu papel e colaborar, esse aluno terá um procedimento de aprendizagem para que possa progredir de forma positiva (Paganelli, 2017).

Por fim, cabe a dizer que não existe uma receita pronta a ser seguida, para que haja um bom trabalho pedagógico consciente exige a participação de todos na elaboração de um projeto político-pedagógico que sirva de horizonte, por meio de metas que serão propostas, a fim de que seja possível se pensar em ações necessárias ao que se quer atingir, respeitando o limite individual de aprendizado de cada aluno.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Lorena Castro Alves. **História da Educação no Brasil**. 2015. Disponível: <<https://escolaeducacao.com.br/historia-da-educacao-no-brasil/>> acessado em 09/04/2020.

ARAUJO, Luiz Alberto Vidal; JÚNIOR Vidal Serrano Nunes. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>, acessado em 15/04/2020.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> acessado: 23/04/2020.

Inclusão Social. Disponível: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_social> acessado em 15/04/2020.

MACEDO, Fabiana Devoti Azevedo de. **Infância e seus desdobramentos**. Rio de Janeiro. 2008. Disponível: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/graduacao/pedagogiapresencial/FabianaDevotiAzevedodeMacedo.PDF>> acessado em 09/04/2020.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira; D'Antino, Maria Eloísa Famá. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer**. 2010 Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200010> acessado em 23/04/2020.

NUNEZ, Ben. **Direito à Educação.** Disponível: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/direito-educacao.htm>> acessado em 25/03/2020.

PAGANELI, Raquel. **Qual é o preparo necessário para incluir um estudante com deficiência.** 2017. Disponível:

< https://diversa.org.br/artigos/qual-e-o-preparo-necessario-para-incluir-um-estudante-com-deficiencia/?gclid=Cj0KCQjwj7v0BRDOARIsAGh37iraZrtKXR-3qTFLXk2f4rtRdcGdHtAVplnZ4nSlmXyBlrsNP_Ty0-0aAv7wEALw_wcB> acessado em 09/04/2020.

ROCHA, Ana Cláudia dos Santos. **A inclusão escolar dos portadores de necessidades educacionais especiais como direito fundamental.** 2015. Disponível:

<<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/38292/a-inclusao-escolar-dos-portadores-de-necessidades-educacionais-especiais-como-direito-fundamental>> acessado em 09/04/2020.

ROSA, Suely Pereira da Silva; DELOU, Cristina Maria Carvalho; OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de; *et al.* **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SANTOS, Keisyani da Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A História da Expansão da Inclusão Escolar e as Demandas para o Ensino Comum Veiculadas por um Jornal.** Disponível:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500117> acessado em 09/04/2020.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola;** 3ª Edição; Rio de Janeiro: Best Seller, 2013.

TEZANI, Thais. **A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais?** DISPONÍVEL em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9249>> Acesso em 23/04/2020.



A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA

THE IMPORTANCE OF PSYCHOPEDAGOGUE IN SCHOOL

LIMA, Larissa Maria Pedroso de

RESUMO: O objetivo desse trabalho é investigar as contribuições da psicopedagogia na instituição escolar de educação básica. Partindo do pressuposto que a sociedade atual exige, necessariamente, uma educação comprometida com as mudanças sociais. Cada vez mais se faz necessário inserir o psicopedagogo na instituição escolar, já que seu papel é analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem em uma instituição. O psicopedagogo tem o papel de propor e auxilia no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais, visando evitar processos que conduzam às dificuldades da construção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Psicopedagogia - Inclusão Escolar - Aprendizagem.

ABSTRACT: The objective of this work is to investigate the contributions of psychopedagogy in the school institution of basic education. Based on the assumption that today's society necessarily requires an education committed to social changes. It is increasingly necessary to insert the psychopedagogue in the school institution, since its role is to analyze and point out the factors that favor, intervene or hinder a good learning in an institution. The psychopedagogue has the role of proposing and assisting in the development of projects favorable to educational changes, aiming to avoid processes that lead to difficulties in the construction of knowledge.

KEYWORDS: Psychopedagogy - School Inclusion - Learning.

1. INTRODUÇÃO

Entender a importância do psicopedagogo na escola é dar um passo em direção a melhorias no processo de ensino-aprendizagem. O psicopedagogo pode contribuir em diversas áreas da aprendizagem, colaborando também com a inclusão, auxiliando docentes para que ela ocorra da melhor maneira e sempre visando o bem-estar e o bom desenvolvimento do aluno.

O psicopedagogo ainda enfrenta muitas questões afinal ainda é observado que dentro da escola ele poderá resolver todos os problemas de comportamento, mais na realidade, esses

problemas devem ser trabalhados com todo corpo docente e familiar observando melhores métodos. Ele pode atuar também na prevenção de dificuldades.

O psicopedagogo tem muito a colaborar na escola, mais para isso precisamos entender onde ele atua e como ele atua.

2. METODOLOGIA

Este artigo trata da pesquisa bibliográfica no contexto da produção científica sobre a importância do psicopedagogo na instituição escolar, utilizando de uma revisão de literatura de artigos pesquisados na internet, livros e periódicos online.

Dada a importância do tema apresentado optou-se por esse método para analisar o tema proposto, identificando quais os benefícios desse profissional dentro das instituições escolares, buscando na intervenção do aluno uma melhora significativa do aprendizado e do relacionamento entre educador e educando.

3. RESULTADO

3.1. A Psicopedagogia

Para compreendermos o que é psicopedagogia precisamos saber do que ela é construída, neste caso, ela é constituída pela pedagogia e psicologia, mas recebe também influências da psicanálise, linguística, semiótica, neuropsicológica, psicofisiologia, filosofia humanista existencial e da medicina, sendo um campo aberto para muitas áreas de estudo (SCHEKIERA, 2017).

Os primeiros Centros Psicopedagógicos foram fundados na Europa, em 1946, por J Boutonier e George Mauco, com direção médica e pedagógica. Estes Centros uniam conhecimentos da área de Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, onde tentavam readaptar crianças com comportamentos socialmente inadequados na escola ou no lar e atender crianças com dificuldades de aprendizagem apesar de serem inteligentes (SAMPAIO, 2004).

Como a Argentina sofreu influências da Europa, Buenos Aires foi à primeira cidade da América do Sul a receber o curso de Psicopedagogia.

No Brasil o curso chegou na década de 1970, com o desenvolvimento da psicopedagogia, isso aconteceu pela proximidade geográfica e pela facilidade de acesso à literatura (SBCOACHING, 2019).

3.2. Dificuldades da escola no século XXI.

No Brasil, podemos observar que a educação teve uma mudança ao decorrer dos anos, e que ocorreu uma sucessão de avanços e tropeços.

Como a colonização do território, que hoje corresponde ao Brasil, a educação era promovida pelos Jesuítas, apesar da expulsão da companhia de Jesus, a educação permaneceu da mesma forma até a chegada da família real, em 1808, e suas principais reestruturações ocorreram a partir da década de 1960.

A preocupação dos jesuítas era a catequese dos índios e o ensino das primeiras letras aos filhos dos colonos. A despreocupação com a escola se devia ao fato de ser uma colônia rural em que se dependia apenas da força braçal. A escolarização era vista como algo desnecessária, pois as atividades eram eminentemente braçais, para as quais o saber ler e escrever consistia em um luxo, pois, pensava-se: para que um trabalhador da roça precisa saber ler e escrever, se seu serviço é lavrar o chão. Talvez, por esse motivo, quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil o processo escolar ficou adormecido. Mesmo porque durante todo o período aos filhos das elites, quando isso parecia conveniente, havia a possibilidade de estudar na Europa. (CARNEIRO, 2020)

A chegada da família real não mudou o privilégio da educação ser para membros da elite, a diferença foi à criação de alguns cursos que podem ser considerados precursores das primeiras faculdades. É com a chegada da primeira guerra mundial, dos imigrantes e do início da industrialização que começou realmente a preocupação com a escola, entretanto a partir dos anos 60, com os movimentos populares de mobilização sindical que se concretizou as primeiras experiências de popularização da escola, BALANDIM (2018) observa que esse princípio de educação popular foi extinto com a instalação de o Governo Militar, a partir de 1964. Durante o período militar nasceu a LDB 5.692/71 que, por muitos anos norteou o ensino de primeiro e segundo graus, no país.

A LDB, lei de diretrizes e bases da educação nacional normalizou o sistema, que até o momento não estava organizada, mas por outro lado a escola nacional se tornou dependente dos interesses norte-americanos, em razão dos acordos MEC-Usaid. E a proposta de profissionalização não surtiu efeito, pois os cursos profissionalizantes não deram conta de preparar os jovens para o mercado de trabalho. Seu efeito foi o de, por algum tempo, diminuir a demanda por vagas nas portas das universidades, como ressalta Carneiro (2020). no seu artigo.

Desde 1964 a figura do professor mudou, ele já não é mais visto como o detentor de todo o conhecimento, já que na atualidade o conhecimento está literalmente em todos os locais, por conta das tecnologias.

Eis o grande desafio dos professores e escolas dos novos tempos: assimilar as transformações; criar métodos para atrair a atenção dos estudantes; e agregar conhecimento a eles, oferecendo algo além do que eles poderiam obter na internet. (BALANDIM, 2018),

Por conta disso, os gestores e professores que não acompanharem as mudanças pelo avanço tecnológico, certamente levaram um susto, pois a antiga forma não está adaptada ao mundo do século XXI.

Transformar a aprendizagem em prazer não significa realizar uma atividade prazerosa, e sim descobrir o prazer no ato de: construir ou de desconstruir o conhecimento; transformar ou ampliar o que se sabe; relacionar conhecimentos entre si e com vida; ser coautor ou autor do conhecimento; permitir-se experimentar diante de hipóteses; partir de um contexto para a descontextualização e vice-versa; operar sobre o conhecimento já existente; buscar o saber a partir do não saber; compartilhar suas descobertas; integrar ação, emoção e cognição; usar a

reflexão sobre o conhecimento e a realidade; conhecer a história para criar novas possibilidades. (OLIVEIRA, 2020)

3.3. INCLUSÃO SOCIAL

Na Sociologia, dizemos que a inclusão social é uma medida de controle social, ou seja, ela atua como meio de integração entre administração pública e sociedade a fim de solucionar conflitos e resolver problemas resultantes da formação da sociedade capitalista.

Historicamente, alguns grupos sociais ficaram à margem do processo de socialização, não tendo o devido acesso a direitos como educação, emprego digno, moradia, saúde e alimentação adequada. Para resolver esse problema, os governos passaram a criar, a partir do século XX, medidas de inclusão das camadas marginalizadas da população na sociedade. (PORFÍRIO, 2020)

De partida, devemos considerar que o termo “inclusão” designa o ato de inserir, introduzir, fazer parte de algo, e nesse caso, a inclusão social denota pertencer à sociedade e usufruir dos direitos como cidadão. (MATÉRIA, 2019)

“A educação inclusiva não foi uma proposta que surgiu por acaso, nem por modismo, surgiu da necessidade de se resgatar a educação como lugar do exercício da cidadania, garantia de direitos e o combate a qualquer forma de discriminação, mostrando que uma pessoa por qualquer que seja suas deficiências, limitações ou dificuldades de aprendizagem tem o seu direito como qualquer cidadão à educação.” (BRITO, 2015)

Esse movimento de inclusão no Brasil foi acompanhado de aplausos e de reprovações. De um lado houve concordância a respeito da inclusão como oposição à exclusão. Todos passaram a defendê-la e ninguém se arriscaria a se pronunciar contra ela. De outro, houve discordância quanto à inclusão indiscriminada, na qual, sem qualquer avaliação prévia, a criança é matriculada na escola regular. Deixa-se, assim, de analisar as condições da criança com deficiência e das necessidades requeridas para seu atendimento, quer do ponto de vista de recursos humanos, quer do ponto de vista das adaptações físicas e materiais. Por um lado, a escola aceita que a criança com deficiência faça parte do quadro discente. Por outro, a escola não se modifica quanto à formação de professores, permanecendo estes sem saber lidar com a criança diferente. Acresce-se a essa problemática o fato de que o professor especializado, em sua formação, também não aprendeu a lidar com o professor regular. Assim, a entrada de crianças com deficiência na escola regular é acompanhada de falta de consenso sobre as implicações pedagógicas requeridas para que o processo de inclusão possa ocorrer. (MASINI, 2003)

A escola por excelência é o lugar onde ocorre ou deveria ocorrer grande parte das aprendizagens do aluno, e sendo a aprendizagem o objeto de estudo da psicopedagogia, reforçou-se e sentiu-se entre os psicopedagogos a necessidade de olhar e voltar-se mais para a instituição de ensino. A partir daí, houve a aproximação do terapeuta e da escola, e muitas questões a respeito da pedagogia, das metodologias e das práticas escolares começaram a ser repensadas. Através da prática e dos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, a psicopedagogia clínica

uniu-se à escola para buscar uma forma de resolver e prevenir os problemas de aprendizagem. (KRUG, 2014)

Desse modo o corpo docente de uma escola aberta a atender a diversidade, deve estar atento aos saberes necessários para este atendimento e buscar apoio em profissionais especializados para auxiliar nesta proposta inclusiva, um destes profissionais é o psicopedagogo, sendo um profissional multiespecialista em aprendizagem humana que congrega conhecimentos de diversas áreas a fim de intervir nesse processo, com sua intervenção psicopedagógica, pode assumir uma feição preventiva ou terapêutica, relacionando-se com equipes ligadas aos campos de saúde e educação, terapêutica e institucional, respectivamente.

Portanto, para incluir é preciso estar disposto para enfrentar todas as dificuldades que frequentemente surgem à frente do processo educativo das crianças, como todas as dificuldades que advém do processo de ensino e aprendizagem e estar apto para um contínuo processo de mudança, ou melhor, viver esta mudança, integrando os saberes entre a prática psicopedagógica e a pedagogia, na busca por estratégias que superem as dificuldades de aprendizagem, pois a inclusão não é algo que se fala ou se vê, a inclusão é algo que se vive. (BRITO, 2015)

3.4. CUIDADOS PSICOLÓGICOS NA ESCOLA

Sabemos que cada aluno tem suas próprias experiências e foi educado de formas diferentes pelos pais ou cuidadores. Tudo isso são fatores que moldam a personalidade da criança e do adolescente e influenciam nas suas atitudes e comportamento. Entretanto, mesmo com essas diferenças, no ambiente escolar há um padrão de comportamento pré-determinado e, embora encontre algumas adversidades no dia a dia, os professores conseguem contornar situações e manter a ordem em sala de aula. Podemos observar na metáfora de SPONTE (2018), que o problema surge quando há uma mudança no comportamento de algum estudante, ou uma conduta escolar inadequada, que afetam seu relacionamento com os colegas e influenciam diretamente no seu processo de aprendizagem – aspectos que podem indicar que a criança ou o adolescente está com algum tipo de problema emocional. As possibilidades de atuação do psicopedagogo na instituição escolar constituem, ainda, um tema de reflexão e de debate entre esses próprios profissionais, especialmente entre aqueles interessados em contribuir para o melhoramento da qualidade do processo educativo. O debate e os questionamentos se expressam, também, em diferentes instâncias do sistema educativo e deles participam, em diferentes graus, gestores, pedagogos e outros especialistas no campo da educação. “A nossa experiência de trabalho na escola nos tem demonstrado que o psicopedagogo muitas vezes é percebido com receio por parte de outros integrantes do coletivo escolar, sendo, às vezes, implicitamente rejeitado, devido à representação de sua incapacidade para resolver os problemas que afetam o cotidiano dessa instituição. Sua atuação se associa frequentemente ao diagnóstico e ao atendimento de crianças com dificuldades emocionais ou de comportamento, bem como à orientação aos pais e aos professores sobre como trabalhar com alunos com esse tipo de problema. Essa situação é resultado do impacto do modelo clínico

terapêutico de formação e atuação dos psicólogos no Brasil na representação social dominante sobre a atividade desse profissional.” (MARTINEZ, 2010)

3.5. DIFICULDADES DE APRENDIZADO

Os transtornos relacionados ao processo de aprendizagem estão entre as dificuldades de aprendizagem que o aluno pode manifestar, entretanto, correspondem a um padrão muito abaixo da expectativa em relação à capacidade cognitiva esperada para determinada etapa escolar.

Os distúrbios de aprendizagem estão relacionados a problemas que não decorrem de causas educativas. Isso significa que, mesmo após uma mudança na abordagem educacional do professor, o aluno continua apresentando os mesmos sintomas. Isso aponta para a necessidade de uma investigação mais aprofundada, que determinarão quais são as causas da dificuldade em questão. (FRANÇA, 2019).

Vale lembrar, no entanto, que o psicopedagogo deve ter uma apresentação dos possíveis problemas pelos pais e, até mesmo, pelos educadores. Somente com essas orientações, ele poderá traçar uma estratégia que estabeleça a metodologia mais indicada para cada caso. Por isso é sempre válido ressaltar a relevância da multidisciplinaridade em questões que envolvam desafios para crianças e seus familiares, como o distúrbio de aprendizagem. (SABER, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o trabalho podemos observar que o psicopedagogo pode auxiliar em diversos modos na instituição de ensino, mesmo possuindo muitas dificuldades ele pode colaborar com o desenvolvimento dos alunos e do pedagogo.

Tendo em mente que a escola teve seus avanços e tropeços o psicopedagogo trabalhando com o pedagogo e a gestão escolar pode buscar novas formas de ensinar com qualidade, procurando sempre o bem e estar do aluno e seu desenvolvimento acadêmico.

Ele pode utilizar de métodos para orientar os professores, não só quando se trata de inclusão, mais sim em fatores emocionais, pois há uma gama de alunos com dificuldades de aprendizado, e é necessário buscar uma forma de integrar esses alunos.

Primeiramente o psicopedagogo poderá fazer uma avaliação de como anda o desenvolvimento desse aluno e buscar tais métodos para a adaptação e melhor método de aprendizagem, compreendendo suas limitações e individualidade. Aumentando assim o nível de aprendizagem e autoestima do aluno, junto de uma integração a este mais suave aonde ele se sinta acolhido.

5. REFERÊNCIAS

BALANDIM. Educação do século XXI: o desafio de ensinar em meio ao excesso de informação. 2018. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-no-brasil-avancos-problemas.htm>>. Acesso em: 15 Mar. 2020

BRITO, M, I, L, S. A PSICOPEDAGOGIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SABERES PARA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. 2015. Disponível em: <<http://www.pe.senac.br/congresso/anais/2015/arquivos/pdf/comunicacaooral/A%20PSICOPEDAGOGIA%20E%20A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20SABERES%20PARA%20SUPERA%C3%87%C3%83O%20DAS%20DIFICULDADES%20DE%20APRENDIZAGEM.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2020

CARNEIRO, N, P. A EDUCAÇÃO NO BRASIL: avanços e problemas. 2020. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-educacao-no-brasil-avancos-problemas.htm>>. Acesso em: 15 Mar. 2020

FRANÇA, L. O QUE É DIFIXULDADE DE APRENDIZADO E COMO CONTOLA. 2019. Disponíveis em: <<https://www.somospar.com.br/dificuldade-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 10 mai. 2020

KRUG, M, R. PSICOPEDAGOGIA O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM. 2014 Disponível em: <<http://centraldeinteligenciaacademica.blogspot.com/2014/08/o-papel-do-psicopedagogo-na-inclusao-de.html>>. Acesso em: 10 mai. 2020

MARTINEZ A, M. O QUE PODE FAZER O PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA. Brasília. 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO_QuePodeFazer.pdf>. Acesso em 22 Mai 2020.

MASINI, E, F, S. PSICOPEDAGOGIA E INCLUSÃO: O PAPEL DO PROFISSIONAL E DA ESCOLA.2003. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cliente/Desktop/v20n61a02.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2020

MATERIA, T. INCLUSÃO SOCIAL. 2019, Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/inclusao-social/>>. Acesso em: 10 mai. 2020

NASCIMENTO, F, D. O Papel do Psicopedagogo na Instituição Escolar. Psicologado. 2013. Disponível em <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/o-papel-do-psicopedagogo-na-instituicao-escolar>>. Acesso em 22 Mai 2020.

OLIVEIRA, P. O papel do psicopedagogo educacional. 2020. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/o-papel-psicopedagogo-educacional.htm>>. Acesso em: 26 Mar. 2020

PORFÍRIO, F. INCLUSÃO SOCIAL. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996>. Acesso em: 26 Mar. 2020

SABER, N. ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO DISTURBIO DE APRENDIZAGEM. 2020. Disponível em: <https://neurosaber.com.br/atuacao-psicopedagogo-no-disturbio-de-aprendizagem/>. Acesso em: 22 mai. 2020.

SBCOACHING. PSICOPEDAGOGIA: o que é, importância e atuação profissional. 2019. Disponível em: < <https://www.sbcoaching.com.br/blog/psicopedagogia/>>. Acesso em: 15 Mar. 2020

SCHEKIERA, A. PSICOPEDAGOGIA. 2017. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/escolas/a-importancia-do-psicopedagogo-na-escola>>. Acesso em: 15 Mar. 2020

SPONTE. Problemas emocionais em crianças e adolescentes: 4 sinais que a escola pode ajudar a identificar. 2018. Disponível em: < https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6292/1/ARTIGO_QuePodeFazer.pdf >. Acesso em 22 Mai 2020.





INCLUSÃO DO AUTISMO NA EDUCAÇÃO

INCLUSION OF AUTISM IN EDUCATION

SOARES, Beatriz Fernanda da Silva

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo, mostrar um pouco do que é a inclusão e de como ela está sendo realizada com as pessoas portadoras de deficiência, em especial os autistas, suas características, suas dificuldades para serem incluídos, uma vez que os autistas possuem particularidades que devem ser levadas em conta na hora da inclusão, pois possuem diversos tipos de distúrbios de comportamento, o que pode dificultar na hora de sua inclusão, pois tem que ser levadas em conta individualmente, apesar de tudo, estudos mostram que os autistas são capazes de viver com autonomia e desempenhar seu papel na sociedade como cidadãos capazes e produtivos; e que apesar das leis existentes que garantem sua inclusão ainda há muito o que ser feito para que as escolas estejam preparadas para receberem esses alunos.

PALAVRAS-CHAVE: síndrome – espectro - transtorno

ABSTRACT: This work aims to show a little of what inclusion is and how it is being carried out with people with disabilities, especially autistic people, their characteristics, their difficulties to be included, since autistic people have particularities that must be taken into account at the time of inclusion, as they have different types of behavioral disorders, which can be difficult at the time of inclusion, as they have to be taken into account individually, despite everything, studies show that autistic people are capable of live autonomously and play their role in society as capable and productive citizens; and that despite the existing laws that guarantee their inclusion, there is still much to be done so that schools are prepared to receive these students.

KEYWORDS: syndrome - spectrum - disorder

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade uns dos temas mais usados na pedagogia é o da inclusão e não podemos deixar de fora ao falar da inclusão do autismo. O autismo é um distúrbio, mas que não impede sua socialização, mesmo tendo uma característica antigamente de isolamento.

Com o decorrer dos estudos sobre autismo, podemos observar sua grande importância em pertencer a sociedade, já que o portador pode viver uma vida normal dependendo do grau, e que com a lei da inclusão o autista possui direito a ir à escola como qualquer cidadão.

Neste trabalho vamos falar de como é a inclusão do autista dentro da escola, como deve ocorrer, suas dificuldades, as leis que garantem a inclusão e as características do autismo, mostrando que a escola tende a trabalhar constantemente já que o indivíduo com autismo é um ser único.

2. METODOLOGIA

Este artigo trata da pesquisa bibliográfica sobre a inclusão do autista, utilizando artigos da internet e trabalhos científicos, de forma a mostrar que apesar das leis, ainda falta muito para que a inclusão seja o que é determinado pela lei.

O trabalho em questão buscou informações e agrupou de uma forma que possa dar coerência e levando em consideração as informações que foram retiradas dos trabalhos citados.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Características do autismo

“O termo autismo deriva do grego “autos”, que significa “voltar-se para si mesmo”. O psiquiatra austríaco Eugen Bleuler foi o primeiro a utilizá-lo, em 1911. (MATUOKA, 2018).

Segundo Ataíde (2019), em 1943 o psiquiatra Leo Kanner definiu o autismo como “Distúrbios Artísticos do Contato”, num estudo com 11 com crianças marcadas com alterações comportamentais e que tinham em comum o isolamento social.

Em 1944, Hans Asperger, em seu artigo “A psicopatia autista na infância”, destaca a ocorrência preferencial em meninos, que apresentavam falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação unilateral, foco intenso e movimentos desordenados. (REALIDADE, 2020)

Durante os anos 50 acreditavam que o autismo era um distúrbio causado por pais emocionalmente distantes. No entanto, nos anos 60 as evidências sugerem que o autismo é um transtorno cerebral presente desde a infância.

Em 1978, o psiquiatra Michael Rutter classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, propondo uma definição com base em quatro critérios:

- Atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual;
- Problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada;
- Comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismo; e
- Início antes dos 30 meses de idade.

Em 1979, Lona Wing e Judith Gould criaram a expressão “Espetro do Autismo”. [...] No entanto, não enquadravam o diagnóstico formal para o Autismo. Por essa razão criaram o conceito de SPECTRUM. (ATAÍDE, 2019)

Em 1980, o autismo é reconhecido pela primeira vez como uma condição específica e colocado em uma nova classe, a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Este termo reflete o fato de que múltiplas áreas de funcionamento do cérebro são afetadas pelo autismo e pelas condições a ele relacionadas. (PIECZARKA, 2020). Em 2013 o DSM-V agrupou e incluiu quatro das cinco categorias dos Transtorno Invasivo de Desenvolvimento (TID) do DSM-IV na condição de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Foram elas: Transtorno Autista, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação. (ATAÍDE, 2019). Escobar (2019); médica pediatra formada pela FMUSP -Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; define o autismo como:

“O transtorno do espectro autista é um distúrbio na socialização da criança. Geralmente começa a ser percebido antes dos três anos de idade e é uma situação crônica, sem causa específica.” (ESCOBAR, 2019)

O autismo infantil, a síndrome de Asperger, a síndrome de Rett, o transtorno desintegrativo da infância e outros transtornos invasivos do desenvolvimento fazem parte do espectro autista. Neles, o diagnóstico também é clínico e geralmente feito por uma equipe multiprofissional que envolve médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas.

“A maioria das crianças com autismo parecem ter uma dificuldade em aprender a participar do “dar e receber” da interação social. Sendo assim, é comum, nos primeiros meses de vida, os pais queixarem que seus filhos não interagem e evitam o contato visual, não se importam em que colo estão, podem resistir à atenção ou aceitar passivamente abraços e carinhos.” (RODRIGUES, 2017)

Para algumas crianças a dificuldade pode estar na fala, muito embora ela ouça e compreenda perfeitamente tudo o que é dito, não conseguem se expressar através da fala, sendo muitas vezes consideradas como “surdas”.

Algumas crianças autistas têm audição mais sensível, então é preciso evitar nestes casos lugares ruidosos. Outros não são tão sensíveis ao toque e podem se machucar mais facilmente.

Dificuldades de linguagem receptiva (compreensão das mensagens ouvidas) é característica do autismo. Muitas vezes o aluno pode não entender a mensagem quando o professor está acreditando que ele esteja entendendo, causando assim uma reação de agressividade ou de falta de iniciativa (VIVEIROS, 2008). Pode também acontecer que o aluno não possua linguagem suficiente para comunicar verbalmente ao professor que está cansado, com calor, com fome, entediado ou com vontade de ir embora, exceto através de birras e pirraças. A distraibilidade e falta de noção e organização da temporalidade podem também causar comportamentos que interferem na aprendizagem. O grau de severidade dos sintomas do autismo varia

em uma escala de 1 a 3, sendo 1 o grau mais leve e 3 o grau mais grave. (MIRANDA, 2018)

Esta síndrome se caracteriza por um conjunto de sintomas que afetam diretamente a socialização, a linguagem e a imaginação; tais como: dificuldade em olhar nos olhos, dificuldades em imitar caretas e expressões faciais, reagem pouco ou nada ao serem chamadas pelo nome, se sentem incomodadas com abraços, beijos e toques, tem dificuldade em compreender metáforas, presença de estereotípias motoras; balançar o tronco, a cabeça ou outras partes do corpo sem uma intenção clara; ataques repentinos e imotivados de fúria (intolerância ambiental); parecem ser resistentes à dor, entre outros. (CARBONARI, 2016)

No Brasil, dois milhões de famílias convivem com o transtorno do espectro autista.

3.2. Inclusão do autista

A inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la deve se transformar” [...]” aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (MANTOAN, 2003).

Sendo assim, o capítulo da LBI (Lei Brasileira de Inclusão) sobre Educação fala muito sobre o que deve ser feito para atingir esse objetivo. Alguns dos principais exemplos são:

- Nas escolas inclusivas é indispensável que o conteúdo e as aulas sejam oferecidos em Libras, como primeira língua, e em português, na modalidade escrita, para os alunos surdos. O mesmo vale para as escolas e classes bilíngues e para os materiais de aula (Art. 28-IV);
- A adoção de medidas individuais e coletivas que proporcionem o desenvolvimento acadêmico e a socialização dos alunos com deficiência. Isso facilita a integração e, conseqüentemente, o aprendizado (Art. 28-V);
- Além da oferta de aulas e materiais inclusivos (em Libras e Braille), as práticas pedagógicas também precisam ser incorporadas e preferidas pela instituição que possui alunos com deficiência (Art. 28-XII);
- Também devem ser oferecidas tecnologias assistivas que ampliem as habilidades dos estudantes nas escolas (Art. 18-XII) ou auxiliem nos processos seletivos e permanência nos cursos da rede pública e privada (Art. 30-IV). (FRANCO, 2016)

A inclusão começa com a chegada desse aluno à escola, mas é preciso também garantir sua permanência e aprendizagem. As instituições não podem negar a matrícula desses alunos nem exigir qualquer tipo de laudo médico.

“A educação inclusiva deriva do direito que todos têm de frequentar uma escola pública e de qualidade, e ter suas necessidades específicas de aprendizagem atendidas pela instituição. Assim, pode-se criar ambientes mais propícios à aprendizagem de todos, já que os que enfrentam dificuldades não são apenas os

estudantes deficientes, mas muitos dos que estão na sala de aula.” (MATUOKA, 2018).

A educação inclusiva pauta-se pelos princípios da não discriminação e da igualdade de oportunidade, preconizados pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas.

No caso de um aluno autista, recomenda-se a escola ter uma conversa cuidadosa com os familiares, a fim de estabelecer um canal de comunicação sempre aberto. (MANTOAN, 2003)

Outro passo indispensável é conversar com os professores, mantendo reuniões periódicas para discussões, relatos de experiências e leituras. Esclarecimentos sobre a condição também precisam ser disseminados entre o corpo docente e demais funcionários a fim de desconstruir falácias como aquela que diz que os alunos autistas são menos capazes. É importante reiterar como estes estudantes, na verdade, têm tempos e maneiras diferentes de estabelecer relações afetivas e de ensino-aprendizagem. (BRASILIO; MOREIRA, 2014)

“Trabalhar com autistas é um desafio, assim como trabalhar com qualquer criança, porque todas elas trazem repertórios diferentes e têm seus próprios momentos de aprendizagem. Não podemos limitar o que vamos oferecer às crianças achando que elas não vão entender. O que se deve fazer é tentar levá-las a esta compreensão de várias maneiras diferentes, até achar a melhor.” (MATUOKA, 2018).

3.3. Dificuldades na inclusão do autista

Muitas vezes, as escolas partem do princípio de igualdade na educação infantil, mas são insuficientes quando se trata de inclusão. Acreditam muitas vezes que ao oferecer ensino, recurso e procedimentos igualitários a todos os alunos estão a exercer seu papel. Sim! Isto é necessário, mas quando se trata de inclusão, é preciso ir além. (LAPA, 2016)

“O ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações. [...]; Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. [...]” (MANTOAN, 2003)

O desafio para a inclusão na escola regular começa com a individualização das necessidades do aluno, para em seguida passar para a conscientização sobre o autismo na comunidade de alunos, funcionários e professores na escola. Este trabalho é importante, pois facilita a compreensão e o respeito à pessoa com autismo. (MAZETTO, 2018).

Segundo MANTOAN (2003), “problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e

preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são grandes barreiras a serem enfrentadas pelos que defendem a inclusão escolar, fazendo retroceder, por sua vez, as iniciativas que visam à adoção de posições inovadoras para a educação de alunos em geral”.

3.4. Leis que favorecem a inclusão

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (Art. 27)

Em 2012, foi sancionada no Brasil, a Lei Berenice Piana (12.764/12), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A legislação determina o acesso a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamentos pelo Serviço Único de Saúde; à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades.

Em janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. (FRANCO, 2016)

A ONU (Organização das Nações Unidas), instituiu o dia 02 de abril como Dia Mundial da Conscientização do Autismo, para chamar a atenção da população para conhecer e tratar o transtorno, que afeta cerca de 70 milhões de pessoas no mundo todo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, observa-se que não houve um planejamento adequado para que fosse realizada a inclusão das Pessoas Portadoras de Deficiência, pois seria necessário que fossem consideradas suas particularidades na hora da inclusão, pois é necessário que seja estudado cada pessoa individualmente, de acordo com sua deficiência, no caso dos autista; por exemplo; elas podem ser de diversas formas e diversos graus; além disso não existem profissionais especializados, há pouco incentivo por parte do governo, existe resistência no sistema educacional com a mudança, além do preconceito com o que é diferente, entre outros.

O que nos leva a entender que apesar das Leis, a inclusão; em especial das Pessoas Portadoras de Deficiência; ainda está muito longe do que a Lei determina.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. R. ESTRATÉGIAS ESCOLARES PARA ENSINAR ALUNOS COM AUTISMO. 2016. Disponível em: <<https://institutoincluusaobrasil.com.br/estrategias-para-ensinar-alunos-com-autismo/>>. Acesso em: 12 abr. 2020

ATAÍDE, P. M. R. A AVALIAÇÃO DA COORDENAÇÃO MOTORA TOTAL ATRAVÉS DOS TESTES KTK, EM CRIANÇAS AUTISTAS. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 maio 2020

BASILIO, A.; MOREIRA, J. AUTISMO E ESCOLA; OS DESAFIOS E A NECESSIDADE DA INCLUSÃO. 2014. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/autismo-escolar-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>>. Acesso em: 12 abr. 2020

CARBONARI, P. SINAIS DE AUTISMO PODEM SER DETECTADOS POR CONTATO VISUAL. 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/saude/sinais-de-autismo-podem-ser-detectados-por-contato-visual/>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

ESCOBAR, A. O QUE É AUTISMO? 2019. Disponível em: <https://www.draanaescobar.com.br/o-que-e-autismo-2/?gclid=Cj0KCQjw-Mr0BRDyARIsAKEFbeczPADLYkAXjbTpvkg30xFXTkEgYJOcaFGJ2zTWgpzZ4viB73iw7nEaAvWGEALw_wcB>. Acesso em: 12 abr. 2020

FRANCO, S. LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO ENTRA EM VIGOR E BENEFICIA 45 MILHÕES DE PESSOAS. 2016 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusao-entra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros>>. Acesso em: 14 abr. 2020

LAPA, D, L, A. DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARACRIANÇAS COM AUTISMO. 2016. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/dificuldades-da-educacao-inclusiva-para-criancas-com-autismo#:~:text=Muitas%20vezes%2C%20as%20escolas%20partem,est%C3%A3o%20a%20exercer%20seu%20papel.>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MANTOAN, M. T. E. INCLUSÃO ESCOLAR – O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER? 2003. Disponível em: <epsinfo.com.br/INCLUSAO-ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020

MATUOKA, I. COMO INCLUIR OS ALUNOS AUTISTAS NA ESCOLA. 2018. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/como-incluir-os-alunos-autistas-na-educacao/>> Acesso em: 30 mar 2020

MAZETTO, C. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO AUTISTA NA ESCOLA. 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/os-desafios-para-a-inclusao-de-criancas-com-autismo-no-sistema-escolar/>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MIRANDA, M. J. C. AUTISMO: CONCEITOS, DESAFIOS E ESCOLARIZAÇÃO. 2018. Disponível em: <ppe.uem.br/semanadepedagogia/201/minicursos/02.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020

OLIVEIRA, L. C.S. INCLUSÃO X EXCLUSÃO. 2015. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-x-exclusao.htm#indice_1>. Acesso em: 14 maio 2020

PIECZARKA, T. O DESENVOLVIMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: considerações a partir de Piaget. 2017. Disponível em :<<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=25715&idprograma=40001016001P0&anobase=2017&idtc=1273>>. Acesso em: 27 mai. 2020

REALIDADE, A. O QUE É AUTISMO? MARCOS HISTÓRICOS. 2020. Disponível em: <<https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>>. Acessado em; 13 maio 2020

RODRIGUES, L. AUTISMO: MÉTODO ABA OU METODO TEACCH?. 2017. Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/autismo-metodo-aba-ou-metodo-teacch>>. Acesso em: 12 abr. 2020

SADA, J. 5 histórias de mudanças paradigmáticas e construção da educação inclusiva. 2020. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/5-historias-de-mudanca-paradigmatica-construcao-da-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 16 abr 2020

VIVEIROS, M, A, J. DISTURBIOS DE APRENDIZAGEM. 2008. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/36027553/linguagem-do-autista>> Acesso em: 27 mai. 2020.





DOCÊNCIA EM CLASSE HOSPITALAR

HOSPITAL CLASS TEACHING

SILVA, Anderson

Resumo: A docência em um hospital pode trazer profundos conflitos psicológicos, se tornando meramente obrigação profissional, sem sentido subjetivo ao professor diante da grandeza e fragilidade da vida. O texto compila uma pequena revisão bibliográfica sobre a prática da pedagogia hospitalar, suas metodologias, leis e diretrizes, propondo extrair sua importância social e significação da vida pela humanização da docência que caminha na comunicação com a criança hospitalizada, procurando fazê-la esquecer, durante alguns instantes, do ambiente agressivo no qual se encontra, pois ao conhecer e desmistificar o ambiente hospitalar, ressignificando suas práticas e rotinas, que é uma das propostas de atendimento pedagógico em hospital, o medo que paralisa as ações e cria resistência, tende a desaparecer, surgindo em seu lugar a intimidade com o espaço e a confiança naqueles que cuidam dela.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Pedagogia Hospitalar. 2. Humanização Docência. 3. Significação Vida

ABSTRACT: Teaching in a hospital can bring profound psychological conflicts, becoming merely a professional obligation, with no subjective meaning to the teacher in the face of the greatness and fragility of life. The text compiles a short bibliographic review on the practice of hospital pedagogy, its methodologies, laws and guidelines, proposing to extract its social importance and meaning of life through the humanization of teaching that walks in communication with hospitalized children, trying to make them forget, during for a few moments, of the aggressive environment in which he finds himself, because when he knows and demystifies the hospital environment, resignifying his practices and routines, which is one of the proposals for pedagogical assistance in hospitals, the fear that paralyzes actions and creates resistance, tends to disappear, in its place, intimacy with space and trust in those who take care of it.

KEYWORDS: 1. Hospital Pedagogy. 2. Teaching Humanization. 3. Life Meaning

O Artigo: Este é um artigo de opinião embasado em outras produções sobre o assunto.

Classe hospitalar

O amor é um fazer, o amor é, sobretudo uma atitude, uma postura diante da vida. O amor comove, emociona, mas ele está para além da comoção e da emoção, da própria sensação momentânea, o amor é um movimento, exercício em direção ao outro, é algo artesanal.

A Secretaria de Educação Especial define como classe hospitalar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde. Embora estruturada como unidade de ensino a classe hospitalar possui singularidades específicas, Matos apud, Paleólogo et al (2012), concordam que a integração de educadores, equipe médica e família, almejando a continuidade da vida escolar da criança e adolescente em ambiente hospitalar, sendo entendida por Ortiz e Freitas (2005) Apud Gomes et al (2012), como um universo complexo que compreende também um processo de penetração na esfera das relações pessoais e entre todos. Os profissionais, pacientes e seus familiares assumem um pacto de fortalecimento presentes nos diálogos, nos gestos, nos olhares e nos silêncios, revelando toda a intensidade subjetiva que perpassa uma situação de risco.

Esteves (2018), defende que embora a escola seja um fator externo à patologia, a criança irá manter um vínculo com seu mundo exterior através das atividades da classe hospitalar, amenizando o desequilíbrio emocional que Ortiz (2005) apud Lima et al (2012), destacam ser imensuráveis principalmente para crianças incapazes de assimilar o processo que estão vivenciando.

“A aceitação das mudanças físicas e limitações decorrentes da doença, a postura de passividade frente aos desafios, o desapego de suas referências pessoais, familiares e sociais demarcam um processo de despojamento doloroso para o paciente”. (ORTIZ e FREITAS, 2005, APUD LIMA ET AL, 2012).

Ceccim e Carvalho (1997) Apud Gama et al (2012), ponderam que para algumas patologias específicas a classe hospitalar torna-se a única oportunidade de atendimento pedagógico e que seu fim não termina em si mesmo desempenhando uma ação de grande valia na recuperação dos enfermos, gerando a percepção que mesmo hospitalizados podem aprender, criar e principalmente interagir socialmente, tornando efetivamente a educação uma janela para o mundo, afim de que não percam seu curso e não se convertam em repetentes, ou venham a interromper o ritmo de aprendizagem, assim, dificultando, conseqüentemente, a recuperação de sua saúde.

Torna-se menos sofrido enfrentar a hospitalização se tiver alguém para contar como uma escuta atenciosa, sem eco, uma escuta que brota de um diálogo, que é à base de toda a educação. O trabalho do professor hospitalar é muito importante, pois atende as necessidades psicológicas e sociais pedagógicas das crianças/adolescentes. Ele precisa ter sensibilidade, compreensão, força de vontade, criatividade, persistência e muita paciência para atingir seus objetivos. Deverá elaborar projetos que integrem a aprendizagem, de maneira específica para as crianças hospitalizadas adaptando-as a padrões que fogem da educação formal, resgatando-as ao contexto educacional. O pedagogo hospitalar no atendimento pedagógico deve ter seus olhos voltados para o todo, objetivando o aperfeiçoamento humano, construindo uma nova consciência em que a sensação, o sentimento, a integração e a razão cultural valorizem o indivíduo. (GUIMARÃES, 2006).

Ceccim (1999) observa, no entanto, que para além das necessidades emocionais e sociais, é primordial grande ênfase nas necessidades intelectuais da criança, reconhecendo que os processos que organizam a subjetividade, organizam e são organizados por efeitos de aprendizagem. A aprendizagem é sempre e reciprocamente psíquica e cognitiva, daí os processos psíquicos determinarem a cognição e os processos cognitivos determinante do desenvolvimento psíquico.

Segundo o mesmo autor a classe hospitalar, como atendimento pedagógico educacional, deve apoiar-se em propostas educativo-escolares, obviamente esse embasamento não torna a classe hospitalar uma escola formal, mas implica que possua uma regularidade e uma responsabilidade com as aprendizagens formais da criança propiciando a continuidade do ensino de conteúdos da escola de origem da criança e/ou o trabalho educativo, levando-as a sanarem dificuldades de aprendizagem e/ou a oportunidade da aquisição de novos conteúdos.

Nesse contexto, as adaptações ao currículo com a finalidade de capacitar os profissionais de sua responsabilidade e atender as demandas do público escolar hospitalizado, emerge para o melhor acesso dos alunos de forma democrática e legítima de garantir o conhecimento e a inclusão no âmbito acadêmico. Coll (1996) apud Costa et al (2010) define, o currículo como um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e a ação, assim, os profissionais que integram a classe hospitalar devem se organizar para atender as especificidades, tornando o currículo apropriado, dinâmico, alterável, com possibilidades de ampliação, a fim de dar respostas às dificuldades dos alunos.

Na prática Costa et al (2010), esclarecem que a adaptação curricular prevista em lei consiste no conjunto de modificações ou provisão de recursos técnicos e materiais, adequações no ambiente, introdução de sistemas alternativos de comunicação que venham facilitar que os alunos que demandam de internação hospitalar possam desenvolver satisfatoriamente o currículo regular, prevendo minimamente:

- Priorização de objetivos, conteúdos e critérios de avaliação que levem em conta a proposta educacional e a natureza das necessidades educacionais apresentadas pelos alunos.
- Mudança na temporalidade dos objetivos, conteúdos e critérios de avaliação.
- Introdução de conteúdos, objetivos e critérios de avaliação que possibilitem acrescentar elementos na ação educativa, como por exemplo, sistemas alternativos de comunicação.

Educação para humanização no ambiente escolar

O amor no seu sentido mais profundo não pode conviver com a exploração, com a injustiça, com o maltrato sobre o ser humano, o amor amplia o olhar, conscientiza, politiza por que não? Não é possível falar em amor sem se tocar pelo outro, o amor nos faz chorar a dor do mundo, porque a dor do mundo passa a ser o nosso próprio mundo de dor.

Um dos objetivos da classe hospitalar na área sociopolítica, é o de defender o direito de toda criança e adolescente a cidadania, respeito às pessoas com necessidades educacionais especiais e direito de cada um possa ter oportunidades iguais [...], amparados pela Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação do paciente que demanda da educação básica, internado em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público (BRASIL, Lei nº 9.394, de 2018).

Ainda assim, Compreender qual o valor da educação dentro do ambiente hospitalar requer aberturas que a considerem como fenômeno processual que permeia as múltiplas relações sociais e individuais, e é sobre um prisma particular que a pedagogia hospitalar, com o devido respaldo científico, constitui-se no desenvolvimento de ações educativas integradoras entre desafios e esperança, aproximando os extremos em benefício do enfermo em situação frágil, portanto, passível de motivação e incentivo no processo de cura e humanização no ambiente hospitalar.

A compreensão de Paulo Freire, sobre a Humanização, constrói-se como ontologia do ser, ele entende que o ser humano é um ser inacabado em processo constante de humanização, para ele participamos da sociedade com inteligência e sensibilidade, relacionando nossos conhecimentos com o mundo, é assim que nos humanizamos, mas se apenas nos adaptamos ao mundo perdemos a oportunidade de nos humanizarmos, de participar, e quando nós restringimos, nos apequenamos, nos rendemos diante da vitalidade da vida, em vez de buscarmos o sonho e a esperança, nos desumanizamos.

Libaneo (2002) apud Guimarães (2006) apud Gome et al 2012), “entendem que as instâncias da prática educativa estão direta ou indiretamente ligada à organização e aos processos de transmissão e

assimilação ativa de saberes, tendo em vista objetivos de formação humana. A tarefa da educação reside em formar o caráter, que, na luta da vida, deve manter-se inquebrantável, e não, precisamente, pela força da ação externa sobre a pessoa, mas graças a uma resoluta e clara atitude moral. Virtude é o nome que convém à totalidade do fim pedagógico. É a ideia da liberdade interior convertida numa pessoa em realidade permanente”.

O professor da Classe Hospitalar, quando sensível às condições de vulnerabilidade e fragilidade dos alunos-pacientes, é um importante elemento para garantir o estabelecimento de uma desejável condição de confiança, para propiciar condições de bem-estar, estimular a autonomia e, principalmente, criar um vínculo afetivo que certamente incorrerá em melhoria das condições dos alunos. (SANDRONI, 2008).

Percurso histórico

A classe hospitalar não é um fato recente na história da educação, há um consenso entre estudos que seu marco inicial é no segundo quartel do século passado, Henri Sellie inaugurou a primeira escola para crianças vítimas de tuberculose, próximo a Paris argumenta Vasconcelos (2006) apud Aparecida et al. (2012), [...]poucos anos depois com a eclosão da segunda guerra o legado de Sellier foi expandido por educadores e médicos na Alemanha, França, outros países da Europa e Estados Unidos. Em 1939 é criado o C.N.E.F.E.I. – Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptadas de Suresnes, tendo como objetivo formação de professores para o trabalho em institutos especiais e em hospitais.

Também em 1939 é criado o Cargo de Professor Hospitalar junto ao Ministério da Educação na França. O C.N.E.F.E.I. tem como missão até hoje mostrar que a escola não é um espaço fechado. O centro promove estágios em regime de internato dirigido a professores e diretores de escolas; os médicos de saúde escolar e a assistentes sociais. A Formação de Professores para atendimento escolar hospitalar no CNEFEI tem duração de dois anos. Desde 1939, o C.N.E.F.E.I. já formou mil professores para as classes hospitalares, cerca de trinta professores a cada turma.

A garantia do direito a educação é inalienável a formação dos direitos naturais que incluem a liberdade e igualdade civil, assim, dispôs de um longo percurso no Brasil, até reverter-se em direito público subjetivo, a Carta de 1824 ou mesmo a Constituição de 1967 parecem ter indicado a educação apenas como meio de ação a ideologias e interesses e não como instrumento em favor da cidadania. Essa prática educacional iniciou-se em 1950, com a classe hospitalar no Hospital Jesus, localizado no Rio de Janeiro, porém há registros que em 1600, ainda no Brasil Colônia, havia atendimento escolar aos deficientes físicos na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo. Essa modalidade de ensino só foi reconhecida em 1994 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) através da Política da Educação Especial, e, posteriormente normalizado entre os anos de 2001 e 2002 com os documentos,

também do MEC, intitulados de: Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: orientações e estratégias (BRASIL, 2002). (E, 2018).

Bobbio (2004) apud Teixeira et al (2014), apresenta que a formação dos direitos passou por fases distintas chegando a especificação, e que nessa fase busca-se reconhecer a especificidade dentro da diversidade. Essa especificação ocorreu apenas na constituição de 1988, abrangendo direitos garantidos pelo Estado seja ao gênero, seja às várias fases da vida, seja à diferença entre estado normal e estados excepcionais na existência humana. São as declarações de direitos da criança e do adolescente, dos idosos, homossexuais, negros, portadores de necessidades especiais e outras minorias. Para Tavares (2013) apud Vieira (2015) esse direito significa, primariamente, o direito de igual acesso à educação, que deve ser concedido a todos. Assim, o conteúdo inicial (mínimo) do direito à educação é o de acesso ao conhecimento básico e capacitações, que deve ser oferecida de forma regular e organizada. O direito à educação inclusiva é um direito fundamental, pois não há de se falar em educação em pé de igualdade sem educação especial.

E é neste caminho que o tema Classe Hospitalar se desenvolve, pois, também é um dos serviços de Educação Especial que apresenta uma proposta de inclusão para aqueles alunos que devido a uma enfermidade, estão temporariamente excluídos do seu círculo escolar e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com o reconhecimento constitucional em 1988 e o tardio reconhecimento do MEC em 1994, a comunidade acadêmica manifestou interesse pela área em 1978, sendo gerado o Programa de Mestrado em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos, e o Curso de Mestrado em Educação em 1979, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com uma linha de pesquisa em Educação Especial. Estas iniciativas de pesquisas na área, oferecem elementos para perceber melhor os ramos da educação especial. Hoje conta-se um número significativo de teses, dissertações, artigos, livros, entre outros recursos, sobre as diversas deficiências.

O vasto material expandiu técnicas e metodológicas criando o ponto comum sobre o que a educação em ambiente hospitalar, representa sólidos conhecimentos a respeito do processo de desenvolvimento humano, em cada fase dos conteúdos escolares próprios de cada nível, das necessidades especiais e das deficiências dos alunos-pacientes, além da sensibilidade para dialogar com hospital e família.

Guimarães (2006) A classe hospitalar apresenta diversas interfaces (políticas, pedagógicas, psicológicas, sociais, ideológicas), mas nenhuma delas é tão constante quanto à da disponibilidade de se estar com o outro e para o outro.

É incrível como algumas pessoas nascem para mudar tudo a sua volta e outras nascem apenas para mudar o mundo de alguém, parece que docentes tem a sorte, ou mesmo o dever de ter nascido para as duas coisas.

Colocar-se diante desse desafio, é carregar consigo uma legitimação de um direito silenciado por longos anos, é construir um legado. Mas também é levar a educação ao seu extremo. 'Educar' vem do latim educare, por sua vez ligado a educere, verbo composto do prefixo ex (fora) + ducere (conduzir, levar), e significa literalmente 'conduzir para fora' (wikipédia), ou seja, educação consiste em gerar algo novo dentro do homem e conduzir para fora um conhecimento integrado como resposta a vida, e geralmente dentro de hospitais, pessoas fazem perguntas, que só elas carregam a resposta.

Conviver com a incerteza da vida, não é se conformar com as aleatoriedades que ela propõe, nem estar indiferente a respostas que não enxergamos. Vieira, Henrique (2019), imagina que talvez seja como ajoelhar-se diante da margem de um rio e tentar segurar uma porção de água nas mãos, mais rápido ou devagar inevitavelmente ela escorre pelos dedos. E esse pedacinho de rio é apenas uma parte de algo imenso. De onde vem, onde está a nascente? Raramente sabemos, quase nunca vemos. Para onde vai, aonde chega?

Pode-se tocar a água, deixar-se molhar, sentir sua temperatura, ouvir o som do rio. Mas nossa porção de água não é nossa, faz parte do um todo, um fluir que não podemos controlar. Assim também pode ser a vida, podemos tocar, contemplar, sentir, mas não temos a capacidade de decidir onde começa e onde termina, muito menos de controlar. Aceitar é ser tomado pelo silêncio diante do céu, é entender como a vida se realiza diante de nossos olhos e a generosidade de perceber as contradições que pulsam e mesmo assim alegrar-se, pois, feliz aquele que compartilha o que sabe, pois ter Fé no poder da educação é dar dignidade ao ato de se prender ao que se gosta, e acreditar, sem pestanejar, que é isso que vai levar você pra casa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2018. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13716.htm>Acesso em: 11/06/2020

ESTEVES, C. R. **Pedagogia Hospitalar: um breve histórico**. Disponível em:<<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AI8Sfs7ceqVwnKM&cid=B9C49870BE8C31EB&id=B9C49870BE8C31EB%21140&parId=root&o=OneUp>>Acesso em: 11/06/2020

GOMES, J. O.; RÚBIO, J.A.S. Pedagogia Hospitalar: A Relevância da Inserção do Ambiente Escolar na Vida da Criança Hospitalizada. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v.3, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/Janaina.pdf>>Acesso em:10/06/2020

LIMA, C.C.F.; PALEOLOGO, S.O.A. Pedagogia hospitalar: A importância do apoio pedagógico dentro dos hospitais para jovens e crianças. **E- FACEQ - Revista Eletrônica dos Discentes da Faculdade Eça de Queirós**, ano 1, n. 1, ago., 2012. Disponível em:<http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170427174339.pdf>Acesso em: 11/06/2020

OLIVEIRA, T. C. XI Congresso Nacional de Educação – **EDUCERE**. Curitiba. Pontifícia Católica do Paraná. 2013. Disponível em:<https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9052_5537.pdf>Acesso em:11/06/2020

SANDRINI, G. Classe hospitalar: Um recurso a mais para inclusão educacional de crianças e jovens. **Cadernos de pedagogia**, v.2, 2008. Disponível em:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/viewFile/3475/2558>>Acesso em: 11/06/2020

VIEIRA, F. V. Direito fundamental à educação inclusiva. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 141, ano XIX, 2015. Disponível em:<<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/direito-fundamental-a-educacao-inclusiva/>>Acesso em: 10/06/2020

VIEIRA, H., **O amor como revolução**. 1º ed. Rio de Janeiro. Schwarcz, 2019.

TEIXEIRA D. V.; VESPÚCIO, C. R. **O direito à educação nas Constituições brasileiras**. 2014. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/29732/o-direito-a-educacao-nas-constituicoes-brasileiras>>Acesso em:10/06/2020





REDUZINDO O BULLYING NAS ESCOLAS ATRAVÉS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

REDUCING BULLYING IN SCHOOLS THROUGH PEDAGOGICAL PRACTICES

MARTOS, Natália

RESUMO: O crescente aumento da violência em nossa sociedade tem se mostrado um fato preocupante, atingindo todas as camadas sociais e instituições. No que se refere ao ambiente escolar não é diferente, sendo cada vez mais frequente situações de violência física e psicológica entre os alunos provocando graves consequências aos envolvidos. Entre os elementos de tais práticas discriminatórias estão a cor, raça, aparência física, deficiências intelectuais, situação socioeconômica, entre outros.

Diante desse panorama acima apresentado, o objetivo desse artigo é apresentar o bullying e suas repercussões psicológicas e comportamentais na vida dos alunos, como também, apresentar estratégias de intervenção, baseado em estudos científicos de forma a orientar professores e demais profissionais de educação para que possam prevenir e minimizar esta prática nas escolas através das ferramentas pedagógicas, destacando a importância da participação de toda a sociedade na promoção de uma cultura de paz e respeito mútuo.

PALAVRAS-CHAVE: Prevenção; Intervenção; Agressividade; Respeito.

ABSTRACT: The greatest increase in violence in our society has proved to be a worrying fact, affecting all social classes and institutions. With regard to the school environment, it is no different, with frequent situations of physical and psychological violence among students causing severe consequences for those involved. Among the elements of these discriminatory practices are color, race, physical appearance, intellectual disabilities and socioeconomic status, among others.

In view of this panorama presented above, the objective of this article is to present bullying and its psychological and behavioral repercussions in the students' lives, as well as to present intervention strategies, based on scientific studies in order to

guide teachers and other education professionals so that they can prevent and minimize this practice in schools through pedagogical tools highlighting the importance of the participation of the whole society in promoting a culture of peace and mutual respect.

KEY WORDS: Prevention; Intervention; Aggressiveness; Respect.

1. INTRODUÇÃO

O bullying é uma questão social mundial, que traz transtornos e exige esforço e determinação para ser solucionado. Tais comportamentos, agressivos são praticados de maneira intencional e repetitiva sem motivo evidente, gerando sérias consequências físicas e psicológicas.

Partindo desse pressuposto, a escolha desse tema vem da necessidade de aprofundar o conhecimento dos educadores sobre o assunto dentro do ambiente escolar em vista da crescente violência e agressividade presente nas escolas de maneira geral.

O bullying não pode ser visto como uma simples brincadeira, pois é responsável por sérios problemas comportamentais com influência negativa direta no desempenho escolar tanto dos protagonistas do ato (bullying) como dos demais alunos.

Nesse contexto, cabe ao professor enquanto agente colaborador do processo educativo, avaliar e intervir na solução de tal problemática. Identificar antecipadamente o bullying e agir de forma consciente para criar uma relação harmoniosa entre os alunos e minimizar problemas de aprendizagem decorrentes do bullying.

Diante desse panorama acima apresentado, o objetivo desse artigo é, através de uma pesquisa bibliográfica, apresentar o bullying e suas repercussões psicológicas e comportamentais na vida dos alunos, como também, apresentar estratégias de intervenção.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento bibliográfico onde foram pesquisadas a associação entre o bullying escolar correlacionando com o prejuízo na formação do aluno assim como as formas para reduzi-lo nas escolas através de práticas pedagógicas.

Como critérios de inclusão foram levados em consideração aqueles estudos publicados no idioma português, em periódicos nacionais e livros didáticos e que apresentassem a relação entre o tema proposto. Foram excluídos estudos ou artigos que apresentassem resumos escritos em idiomas diferentes dos citados anteriormente e que não tivessem conteúdo concreto com o objeto da pesquisa para serem considerados válidos. Após a coleta dos artigos e livros, eles foram avaliados por um revisor, que selecionou e realizou uma leitura prévia sistemática, seletiva e analítica dos estudos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As brincadeiras entre crianças e adolescentes no ambiente escolar sempre estiveram presentes e de certa forma fazem parte do desenvolvimento das relações sociais entre esses grupos. Tais brincadeiras favorecem o crescimento psíquico-socioemocional formando indivíduos mais tolerantes, com respeito próprio e para com o outro.

A questão fundamental está em definir as fronteiras que separam uma simples brincadeira do constrangimento físico e emocional; ainda que possa parecer inofensivo para quem a pratica. A esse assédio denominamos de bullying. Tal palavra (bullying) não possui uma definição concreta e está sujeita a diferentes pensamentos de estudiosos a respeito do tema: todavia Fante (2012 p. 27) a define da seguinte forma.

Bullying: palavra de origem inglesa, adotada em muitos países para definir o desejo consciente e deliberado de maltratar uma outra pessoa e colocá-la sob tensão; termo que conceitua os comportamentos agressivos e antissociais, utilizado pela literatura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar.

A escola tem papel relevante para as crianças e adolescentes. Os relacionamentos sociais dentro do ambiente escolar, quando positivos e o desenvolvimento acadêmico determinam uma relação direta no desempenho escolar. Sendo assim, estabelecer o companheirismo torna-se determinante para a saúde física e emocional das crianças e adolescentes promovendo uma harmonia social e preparando os alunos quando diante de situações estressantes (LOPES NETO, 2005). Ademais a atuação da escola com práticas pedagógicas que orientem os alunos e minimizem tais comportamentos é uma condição importante dentro deste contexto.

Pesquisas comprovam que o bullying praticado dentro do ambiente escolar representa um grave problema de saúde pública. (APA, 2009). Segundo Lopes Neto (2005), alunos vítimas de bullying manifestam baixo rendimento escolar, baixa autoestima, anorexia, bulimia, agressividade, depressão, síndrome do pânico, entre outros transtornos de personalidade. Diante desse quadro emocional extremo, estudos indicam o bullying como um dos fatores responsáveis por casos de homicídios e suicídios no ambiente escolar.

Há exemplos de casos extremos da gravidade que o bullying representa nas escolas em nosso país: Temos o massacre de Realengo, no Rio de Janeiro, em 2011; de Suzano na grande São Paulo em 2019; de Goiânia em Goiás em 2017. Todos praticados por alunos que após investigação das autoridades apontaram para o bullying sofrido por esses alunos como agente motivador de tais assassinatos de alunos e professores

Considerando que crianças e adolescentes não estão preparados para compreenderem essa agressividade e saber lidar com esta situação; cabe ao educador, no que concerne ao ambiente escolar, observar essa prática de assédio e

intervir de forma consciente na solução desse problema. (MANZINI,Raquel G.P, 2013)

Nesse sentido, a atuação do educador requer uma capacitação que permita observar os vários aspectos da prática de bullying entre seus alunos, como tipos de bullying praticados e suas causas de forma a assegurar que tanto vítimas quanto seus agressores como também os demais alunos compreendam o quão prejudicial é essa atitude e a forma com o qual deve se comportar.

Pensando nisso, em 1993, Olweus publicou o livro “Bullying at school” onde ele apresenta e discute o bullying e desenvolve projetos para intervir e uma lista de sinais e sintomas para auxiliar a constatar agressores e vítimas. Essa obra propõe como uma característica principal o desenvolvimento de regras claras contra o bullying nas escolas, a fim de alcançar um envolvimento ativo por parte de professores e pais, para a conscientização do problema e avançar no sentido de eliminar o bullying e adotar medidas de apoio e proteção as vítimas. Sua obra, teve resultados positivos na Noruega em uma campanha nacional anti-bullying (Norwegian Schools BOTELHO, 2007), a partir daí surgiram outras campanhas anti-bullying.Como exemplos temos o “the DES sheffield Bullying Projet- UK”, campanha anti-bullying nas escolas de Portugal, programa de educação para a tolerância e prevenção da violência na Espanha, entre outras (ABRAPIA,2007).

No Brasil em 2007, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), implementou uma política anti-bullying nas escolas, baseado em nossa realidade e em trabalhos desenvolvidos em outros países, envolvendo professores, funcionários, alunos e pais, com o intuito de informar, conscientizar e mobilizar de forma a não apenas controlar o bullying mas também de prevenir tal prática.

Smith, Ananiadou e Cowie, (2003) propuseram uma ação anti-bullying em três campos:

- A primeira a nível escolar na formação de um estatuto em nível democrático e participativo que promove o respeito e harmonia no ambiente escolar, desenvolver trabalhos cooperativos que promovam a colaboração mútua entre os alunos, criar uma comissão de alunos, sobre a supervisão de um professor, para mediar e solucionar problemas para os casos de bullying, melhorias e monitoramento nas áreas de lazer e práticas escolares haja vista que é nessas áreas que tem maior ocorrência de bullying.
- Outra ação ocorre o nível de sala de aula, com trabalhos em grupos que estimulem o debate de ideias, e a troca de conhecimentos. E por último a nível pessoal com alunos específicos fortalecendo sua autoestima, e adotando uma postura não passiva, contudo sem ser agressivo diante de tais situações de constrangimento, o desenvolvimento de práticas pedagógicas anti-bullying no ambiente escolar alcançará resultados positivos. Quando baseados em propriedades do desenvolvimento humano

e suas interações como a reciprocidade, equilíbrio de poder, e uma relação afetiva positiva no ambiente escolar, de modo a promover um crescimento saudável dos alunos e de todos os envolvidos. (BRONFENBRENNER, 2011; SENNA, 2011).

O projeto Kiva desenvolvido na Finlândia na Universidade de Turku é um exemplo de sucesso cujos resultados após sua aplicação faz com que a Finlândia reduzisse o assédio na escola em 90% nos últimos anos. Hoje esse método é utilizado em várias partes do planeta por educadores que o considerem uma ferramenta indispensável para trabalhar com seus alunos.

O termo **Kiva** vem da união das palavras “Kiusaamista e vastaan” (em finlandês, anti-bullying).

O método **kiva** não se concentra na dialética do confronto entre o agressor e a vítima (nem incentiva a vítima a ser mais extrovertida, ou tenta fazer com que o agressor desenvolva empatia), mas se baseia na situação em que o bullying ocorre: as testemunhas não riem da situação. O perseguidor ou agressor precisa de reconhecimento para continuar com o assédio moral, uma vez que não tem mais plateia, a brincadeira perde a graça.

Em suma, o método se baseia em não rir da situação, simples, mas eficaz.

No programa Kiva os alunos de 7,10 e 13 anos são ensinados, através de cerca de vinte aulas, como identificar as diferentes formas de bullying. Dessa forma, eles são conscientizados desde pequenos sobre essa forma de abuso.

Há dez agendas e trabalhos que devem ser realizados ao longo do curso. Durante o programa os alunos são ensinados sobre valores morais como a empatia e o respeito pelos outros. São realizados bate-papos sobre o assunto, os professores recebem manuais, e os alunos participam do programa através de dinâmicas que envolvem videogames, filmes, etc. São também utilizadas caixas de correio para denunciar a prática de bullying na escola.

Em todas as escolas o diretor escolhe uma equipe formada por três adultos que ficam encarregados de monitorar e investigar os casos de bullying ocorridos dentro da escola.

Primeiro eles confirmam se o caso de bullying é verdadeiro, depois vão até a vítima para tranquilizá-la, o próximo passo é conversar com o agressor para sensibilizá-lo, em seguida conversam com as testemunhas que são a pedra angular do programa.

Esta mudança drástica que ocorreu em um número significativo de escolas finlandesas pode dar uma ideia das mudanças qualitativas no nível social que tais programas podem desenvolver não somente nas escolas, mas em diferentes estratos da sociedade. Se desde cedo formos educados para não cometer tais atos de violência, é concebível que a mentalidade dos adultos mude de forma significativa com relação à essa questão. Só o tempo poderá nos dizer se esse tipo de mudança cultural súbita trará bons resultados. O impacto do programa Kiva pode ir muito além do bullying, essa pode ser a semente que germinará em uma sociedade mais justa, unida e coesa.

4. CONCLUSÃO

A desconsideração e a intimidação moral, bem como o emprego de força física entre estudantes e considerado um fato preocupante para professores e demais profissionais da área de educação além de outras áreas como direito e psicologia. Tais atitudes são nocivas à saúde mental, física e social de todos os envolvidos, sejam eles os provocadores, os oprimidos ou quem presencia o bullying.

É fato que o ambiente familiar quando agressivo e violento se reflete na prática do bullying por crianças e adolescentes; sendo assim, é inevitável que se faça um esforço conjunto entre profissionais da educação, para impedir essa prática de constrangimento.

O desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes, sejam elas de ordem social ou intelectual, só é possível dentro de um ambiente escolar protegido e salutar.

O professor como provedor do sucesso social e acadêmico de seus alunos tem papel imprescindível e deve atuar como intermediador entre alunos e pais na resolução de tais problemas; e para que possa agir se faz necessário, a capacitação desses profissionais não só na área pedagógica como também noções de psicologia e direitos individuais. Dessa forma, o professor estará apto a intervir quando preciso e também evitar a prática do bullying através de ferramentas pedagógicas como rodas de conversa, palestras, jogos colaborativos, e atividades com ações preventivas e educativas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÁPIA, **Bullying**, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à adolescência. Maio, 2007.

APA, School bullying is nothing new, but psychologists identify new ways to prevent it. **American Psychological Association**. 29 out, 2004.

BOTELHO, Rafael G. SOUZA, José M. C. de Bullying e educação física na escola: características, casos, consequências e estratégias de intervenção. **Revista de Educação Física**. nº 139, p.58-70,2007.

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullying**, como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Vênus, 2005.

<<https://psiconline.com/2016/11/o-metodo-kiva-como-a-finlandia-esta-acabando-com-o-bullying.html>> (Fonte: PsicologiaYmente traduzido e adaptado por psiconline.com)

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13897/1/2013_RaquelGomesPintoManzini.pdf

LOPES NETO, Aramis A. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v.81, n.5(Supl), p.S164-S172, 2005.

LOPES NETO Aramis A., SAAVEDRA LH. Diga não para o bullying – **Programa de redução do comportamento agressivo entre estudantes**. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2003.

OLWEUS, Dan., LIMBER, S., MIHALIC, S. Bullying prevention program. **Blueprints for Violence Prevention No. BP-009**. Boulder, CO: Institute of Behavioral Science, Center for the Study and Prevention of Violence, 2000.

SMITH, Peter K.; ANANIADOU, Katerina; COWIE, Helen. Interventions to reduce school bullying. **The Canadian Journal of Psychiatry**, v.48,n.9,p.591-599, 2003.

SENNA, M.T.T.R. **Pesquisas em Educação Infantil: o paradigma sistêmico de Urie Bronfenbrenner**. Curitiba: CRV, 2011.





REVISTA Reticências

